

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE MESTRADO EM GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA



ANÁLISE E AVALIAÇÃO SOCIOCULTURAL DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DA
CALENGA.

UMA ABORDAGEM AO ENVOLVIMENTO DOS AGENTES

José Rafael dos Anjos Alberto

Huambo 2013

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE MESTRADO EM GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

ANÁLISE E AVALIAÇÃO SOCIOCULTURAL DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DA
CALENGA.

UMA ABORDAGEM AO ENVOLVIMENTO DOS AGENTES

RELATÓRIO DO CURSO DE MESTRADO EM GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA
NATUREZA REALIZADO POR

José Rafael dos Anjos Alberto

ORIENTADOR

Professor Dr. Tomaz Ponce Dentinho

Huambo – 2012

À população da comuna da Calenga, para que consiga viver melhor tirando proveito dos benefícios deste grande projeto.

AGRADECIMENTOS

A meus Pais, mulher, filhas e irmãos.

À Sua Excelência Ministro da Agricultura de Angola, Eng^o Pedro Canga; ao Doutor Júlio de Moraes e Dr. João Pereira de Sousa Júnior (Caprego) consultores do Projeto da Calenga; aos coordenadores centrais do Projeto da Calenga Eng.^o Arsénio T. F. de Sousa e Eng^o Carlos Fernandes; ao Director Nacional do Instituto de Desenvolvimento Agrário, Eng^o. Marcos Nhunga; e ao técnico do projeto Eng^o Guilherme Sicola.

Aos colegas do Gabinete de Desenvolvimento Regional Sustentável Mestre Paulo Silveira, Mestre Fabíola Gil e Doutor Tomaz Dentinho, orientador da tese.

À equipe técnica do projeto de desenvolvimento agrícola Bom Jesus da Calenga, aos colegas do curso de Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza da edição de 2007/2008,

À Universidade dos Açores, à Faculdade de Ciências Agrárias, aos ISCED do Huambo, ao Banco Africano de desenvolvimento (BAD), ao Governo Provincial do Huambo, à Administração Municipal da Caála, à Administração Comunal da Calenga, e às entidades religiosas e tradicionais da Comuna da Calenga.

A todos o meu agradecimento pelas contribuições específicas e contextuais que deram a este trabalho.

RESUMO

O projeto de Desenvolvimento Agrícola da Calenga é tutelado pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento com período de execução de 5 anos. O projeto foi implementado em 2007 na comuna da Calenga, Município da Caála, Província do Huambo.

Este propõe-se contribuir para o desenvolvimento rural e agrícola através das seguintes ações: desenvolvimento de infraestruturas rurais, agricultura, reforço da capacidade dos camponeses, apoio à comercialização das produções.

O estudo visou avaliar o impacto social e económico da interferência do projeto na comuna da Calenga, a nível dos vários agentes envolvidos através do método Q, com entrevistas sistematizadas de frases hierarquizadas.

Os resultados apontam que o projeto teve um impacto positivo na vida social e económica das famílias camponesas através da reparação e ampliação de estradas e postos de saúde; construção de infraestruturas tais como escritórios, residências, armazéns, sistemas de irrigação; de abastecimento de água potável; de comercialização, e de organização de cooperativas agrícolas, de apoio ao crédito agrícola e de campanhas de saúde.

Porém ainda existem muitos problemas para resolver. A melhoria dos rendimentos das explorações, a divulgação da conservação do solo e do meio ambiente, informação e interpretação da atual lei de terras são alguns dos exemplos de problemas a superar para tornar a agricultura mais sustentável na Comuna da Calenga.

ABSTRACT

The project of agricultural development of Calenga is granted by the Ministry of agriculture and Rural Development, financed by the African Development Bank with an implementation period of 5 years. The project was implemented in 2007 in the commune of Calenga which is a town and municipality of Caála, Huambo Province.

This work is proposed to contribute to the agricultural and rural development through the following actions: development of rural infrastructure, agriculture, strengthening the capacity of farmers, supporting the marketing of products.

The study aimed to assess the social and economic impact of the project in the commune of Calenga, at the level of the various agents involved via a Q method, with interviews of systematized sentences.

The results show that the project had a positive impact on the social and economic life of the peasant families through the repair and expansion of roads and health clinics; building infrastructure such as offices, residences, warehouses, irrigation systems, drinking water supply, marketing, and organization of cooperatives, agricultural credit support and health campaigns.

But there are still many problems to solve. The improvement of farm incomes, the dissemination of soil conservation and the environment, information and interpretation of the current land law are some of the examples of problems to overcome, in order to make agriculture more sustainable in the commune of Calenga.

AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO	5
ABSTRACT	6
CAPÍTULO I	11
Introdução.....	11
O trabalho está estruturado da seguinte forma:	14
Capitulo I: Introdução.....	14
Capitulo II: Caracterização.....	14
Capitulo III: Revisão de literatura	14
Capitulo IV: Metodologia do estudo - Método Q.....	14
CAPÍTULO II	15
Caracterização da Comuna da Calenga e do Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Calenga	15
2.1.Comuna da Calenga.....	15
2.2 Projeto Calenga	19
2.3 Preocupações	20
2.3.1 Estradas Rurais	20
2.3.3 Extensão rural	27
2.3.4. Transportes	29
2.3.5 Preços dos Produtos.....	30
Os preços dos produtos agrícolas praticados são muito baixos, o comprador é quem define o preço dos produtos, habitualmente a cada conjunto de unidades compradas, adiciona-se uma unidade grátis. Por outro lado os encargos de produção são muito elevados, tais como fertilizantes, pesticidas, instrumentos de trabalho, mão-de-obra, transporte entre outros. Tal realidade tem prejudicado os camponeses, pois não conseguem lucros, o que desincentiva o incremento a produção, deixando o sector camponês numa crescente situação de pobreza. ...	30
2.3.6 Saúde	31
2.3.7. Preocupação com Aspetos Económicos	33
2.3.8. Preocupação com Aspetos Sociais	34
2.3.9. Preocupação com falhas na Política Agrária	36
2.3.10. Preocupações com as Questões da Terra.....	37
2.3.11 Preocupações com a produtividade	38
2.3.12. Preocupação com os jovens	39
Capitulo III - Revisão da Literatura	41
3.1 Organização de Cooperativas Agrícolas	41
3.2 Contribuição das Cooperativas na Comercialização dos Produtos Agrícolas	49

3.3 Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural.....	52
IV CAPITULO - Metodologia Q.....	54
V CAPITULO- Recolha de Dados	55
5.1 Frases a hierarquizar.	55
5.2 Análise do método Q da Comuna da Calenga.....	56
VI CAPITULO- Análise de Dados	57
6.1 Identificação dos Fatores	57
6.2 Caracterização dos Fatores pelos Agentes.....	60
VII CAPITULO- Conclusões e Recomendações.....	64
7.1 Conclusões.....	64
7.2 Recomendações	64
Referências Bibliográficas	66

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Comuna da Calenga.....	16
Figura 2 - Organograma da Hierarquia da Comuna da Calenga	17
Figura 3 - Reabilitação das estradas e pontes da Calenga.....	21
Figura 4 - Distribuição de inputs agrícolas às cooperativas.....	26
Figura 5 - Acompanhamento de culturas.....	28
Figura 6 - Apoio à campanha de vacinação animal.....	28
Figura 7 - Transportação de produtos em carroças.....	30
Figura 8 - Residência e Posto de Saúde de Capunge e de Cassupi II.	31
Figura 9 - Campanha de sensibilização sobre o HIV / SIDA.....	32
Figura 10 - Instalação dos sistemas de abastecimento de água por gravidade.....	35
Figura 11 - Sistemas de abastecimento de água por bombagem com energia solar.	35
Figura 12 - Construção de infraestruturas de apoio à irrigação.	38
Figura 13 - Organização de Cooperativas.....	46
Figura 14 - Concentração dos produtos e comercialização para a Frescangol.....	51
Figura 15 - Construção de armazéns de apoio à comercialização.	51
Figura 16 - Formas de preparação das terras na Calenga.....	53
Figura 17 - Inquérito de frases retiradas do Relatório do Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Bom Jesus/ Calenga.	55
Figura 18 - Esquema de hierarquização das frases.....	57
Figura 19 - Valor médio das frases.....	59
Figura 20 - Fatores ou Prespetivas face ao Projeto Calenga.....	60

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Estruturação das comunidades.....	17
Tabela 2 - Sistema De exploração dos terrenos.....	18
Tabela 3 - Quantidades e valores de meios de produção fornecidos às cooperativas no ano 2008 a 2009	23
Tabela 4 - Resumo das cooperativas beneficiadas pelo Banco Sol.....	24
Tabela 5 - Credito Agrícola fornecido pelo Banco Africano de Desenvolvimento-Projecto	24
Tabela 6 - Quantidades de inputs financiados pelo BAD na Campanha Agrícola 2011/2012	25
Tabela 7 - Medições por metro quadrado efetuadas em diversas culturas.....	27
Tabela 8 - Cooperativas da Ombala de Ngolo	43
Tabela 9 - Cooperativas da Ombala de Capili.	44
Tabela 10 - Cooperativas da Ombala de Cassupi.....	45
Tabela 11 - Produtos adquiridos pela Frescangol aos camponeses abrangidos pelo Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Calenga.	50
Tabela 12 - Classificação dos entrevistados.	57
Tabela 13 - Caracterização dos Fatores pelas frases	62
Tabela 14 - Caracterização dos Fatores pelos Agentes.....	63

CAPÍTULO I

Introdução

A Comuna da Calenga situa-se no Município da Caála, Província do Huambo e possui enormes potencialidades agropecuárias, favorecidas pelas condições edafo-climáticas e hidrológicas.

A Calenga também é beneficiada por infraestruturas como o caminho-de-ferro de Benguela e a Estrada Nacional 260 que liga as províncias do Huambo às Províncias de Benguela e do Bié. Ligações estas estratégicas que incentivam a produção agropecuária e a promoção do agronegócio, contribuindo para o desenvolvimento económico e social da região.

O longo período de guerra civil que o país viveu de 1974 - 2002, afetou severamente todos os espaços e sectores da atividade produtiva, económica e social do País.

Tanto as infraestruturas públicas como as privadas, bem como os campos de produção foram alvo de vandalismo, o que levou ao colapso de todo o sistema produtivo do território.

Com base nesta realidade, a população foi obrigada a abandonar as aldeias e a refugiar-se nos centros populacionais, designadamente Calenga, Caála, Huambo e Lubango, em busca de segurança.

Com o fim do conflito armado, as populações começaram a regressar para as suas aldeias de origem e reiniciaram a organização das suas vidas e das atividades produtivas.

Contudo, a situação de pobreza ainda é visível e as dificuldades são de várias ordens, que vão desde a falta de meios de produção, de infraestruturas de apoio à atividade agrícola, de condições sanitárias e de saúde, de educação, de vias de comunicação, de lazer, enfim.

O governo de Angola em parceria com as organizações não-governamentais tem aplicado esforços no sentido de reduzir a pobreza no seio das comunidades.

No plano nacional, a Estratégia de Combate à Pobreza (ECP), surge como resposta do Governo ao problema da pobreza, ambicionando-se reduzir muito a incidência da pobreza no decorrer destes próximos 10, em conformidade com os Objectivos de

Desenvolvimento do Milénio, com o programa de A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD- The New Partnership for Africa's Development) e os objetivos da Comunidade para o Desenvolvimento de África Austral (SADC- Southern African development Community), uma diminuição em cinquenta por cento (50%) da proporção da população que vive com menos de um dólar/dia. (Projeto Portal de Angola, 2009)

O programa do governo tem diversas prioridades incluindo o aproveitamento do potencial agrícola e o aumento da produtividade com grande relevo para a segurança alimentar e para a revitalização do meio rural. O objetivo é satisfazer as necessidades alimentares e reavivar a economia rural, como uma das áreas de maior relevância no desenvolvimento sustentável de Angola. (Projeto Portal de Angola, 2009)

Em conformidade com estes objetivos, é importante adotar estratégias que possam ir de encontro às reais necessidades das comunidades dentro de um determinado horizonte temporal e perspetivar a estruturação do seu desenvolvimento sustentável.

Face a este facto, o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural em parceria com o Banco Africano de Desenvolvimento, implementou em 2007 o Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Calenga para apoiar os pequenos camponeses no sentido de reduzir a situação de pobreza no seio das famílias camponesas e promover o desenvolvimento rural e agrícola.

Figura no programa de atividades do Projeto a melhoria da produção agrícola através do acesso ao crédito agrícola para aquisição de fatores de produção; do incentivo à formação de cooperativas agrícolas, reforçando-as na capacidade de gestão e contabilidade; do apoio à comercialização agrícola e construção de armazéns; da reabilitação e construção de sistemas de rega; de reparação de estradas e pontes; de criação de centros de mecanização agrícola; de edificação de sistemas de abastecimento de água potável nas comunidades e construção de infraestruturas sanitárias.

Com a execução destas ações, pretende-se contribuir de forma natural para o desenvolvimento da região, e de acordo com SINGER (2004), entende-se por desenvolvimento o processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento económico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.

O projeto tem duração de cinco anos com possibilidade de serem prorrogados. Conta já com quatro anos de execução e atende cerca de 10.000 famílias camponesas distribuídas em 52 aldeias da Comuna da Calenga que compõe-se de (3) três ombalas: Capali, Cassupi, Ngolo.

Para a implementação do projeto contou-se com o apoio de todos os agentes que atuam no meio rural, quer com instituições públicas e privadas, bem como com os próprios camponeses que são os motores neste processo de desenvolvimento.

Os camponeses desta região praticam uma agricultura de subsistência, cultivando cereais, leguminosas, hortícolas e tubérculos e também dedicam-se à criação de animais bovinos, suínos, caprinos e aves.

As suas produções servem para autoconsumo e para comercialização a nível local, regional e até mesmo nacional, geram empregos, contribuem para o alcance de maior segurança alimentar, fortalecendo o desenvolvimento local potencializando a economia.

O presente estudo pretende analisar a interferência das principais atividades do Projeto de Desenvolvimento Agrícola, os benefícios socioeconómicos das famílias camponesas e avaliar as atitudes e valores dos diferentes agentes envolvidos levantando o seguinte problema científico: As ações de intervenção do Projeto da Calenga trouxeram benefícios sociais e económicos na vida da População da Comuna da Calenga?

Hipótese

Se proceder-se à avaliação das acções do Projeto através do método Q com entrevistas baseadas na hierarquização de frases que caracterizam o Projeto, permitirá determinar quais foram os benefícios alcançados.

Objetivo Geral

Avaliação do impacto social e económico da intervenção do Projeto na Comuna da Calenga durante os anos de execução.

Objetivos Específicos

- Construção de infraestruturas sociais e económicas;
- Contribuição no desenvolvimento da agricultura;
- Organização de cooperativas agrícolas e capacitação das mesmas;

- Acesso das cooperativas ao crédito agrícola; e
- Apoio às cooperativas na comercialização dos produtos agrícolas.

Justificação

A comuna da Calenga possui um historial agrícola relevante, favorecido pelas condições climáticas e do solo e infraestruturas que impulsionaram significativamente o processo de desenvolvimento rural no período colonial.

A conceção do projeto foi na perspetiva do apoio ao desenvolvimento da agricultura de sequeiro com vista ao incremento das produções e das receitas das explorações agrícolas familiares.

Este estudo permitiu obter informações concretas sobre a melhoria da qualidade de vida a nível social e económico dos beneficiários do projeto, o que possibilitará encorajar as instituições a prosseguirem com este modelo ou redefinir as estratégias de intervenção.

Estrutura do trabalho

O trabalho está estruturado da seguinte forma:

Capítulo I: Introdução

Capítulo II: Caracterização

Capítulo III: Revisão de literatura

Capítulo IV: Metodologia do estudo - Método Q

Capítulo V: Recolha de dados

Capítulo VI: Tratamento e análise de dados;

Capítulo VI: Conclusões e Recomendações.

CAPÍTULO II

Caracterização da Comuna da Calenga e do Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Calenga

2.1. Comuna da Calenga

A Comuna da Calenga, antes chamada de Vila Verde, enquadra-se no antigo Reino do Wuambu (CHILDS, 1954), é uma das quatro comunas do Município da Caála.

A comuna da Calenga localiza-se na região Centro – Oeste de Angola, a 12 quilómetros a Sudeste do município da Caála, província do Huambo. Tem uma superfície de 41.000 km², com 52 aldeias ao redor de sua sede distribuídas por 3 Ombalas.

A população está estimada em 32.681 habitantes, o que corresponde a uma densidade populacional de 84 pessoas por km². A Comuna da Calenga é habitada por uma população cuja atividade principal é a agricultura. De entre as comunas da província do Huambo, a Calenga destaca-se como sendo a maior produtora de produtos hortícolas. (Chaves *et al*, 2009)

Para além do ambiente rural, bem diferenciado do das outras zonas que a rodeiam, é de considerar a sua situação geográfica privilegiada pelo facto de ser percorrida por grandes vias, ou seja, vias principais. A estrada nacional Huambo- Benguela e a linha férrea do Caminho de Ferro de Benguela que dão acesso ao litoral, cruzam a comuna constituindo um recurso vantajoso para o crescimento da sua economia. (Chaves *et al*, 2009).

A economia da região foi dominada até ao início do Século XX pelo comércio escravos e mais tarde comércio de borracha (GEPROC, 2008).

A entrada do Brasil e da Ásia no mercado da borracha por volta da primeira década do séc. XX, substituiu o comércio da borracha em Angola o que conduziu, junto com a instalação dos comerciantes portugueses no interior do país à alteração de uma economia de comércio para uma economia agrícola (MORAIS, 1970).

Dadas as circunstâncias, a agricultura que inicialmente era de sustento para as famílias, liderada pelas mulheres, passa a ser praticada por toda a família para comercialização, o milho tornou-se a principal cultura da região.

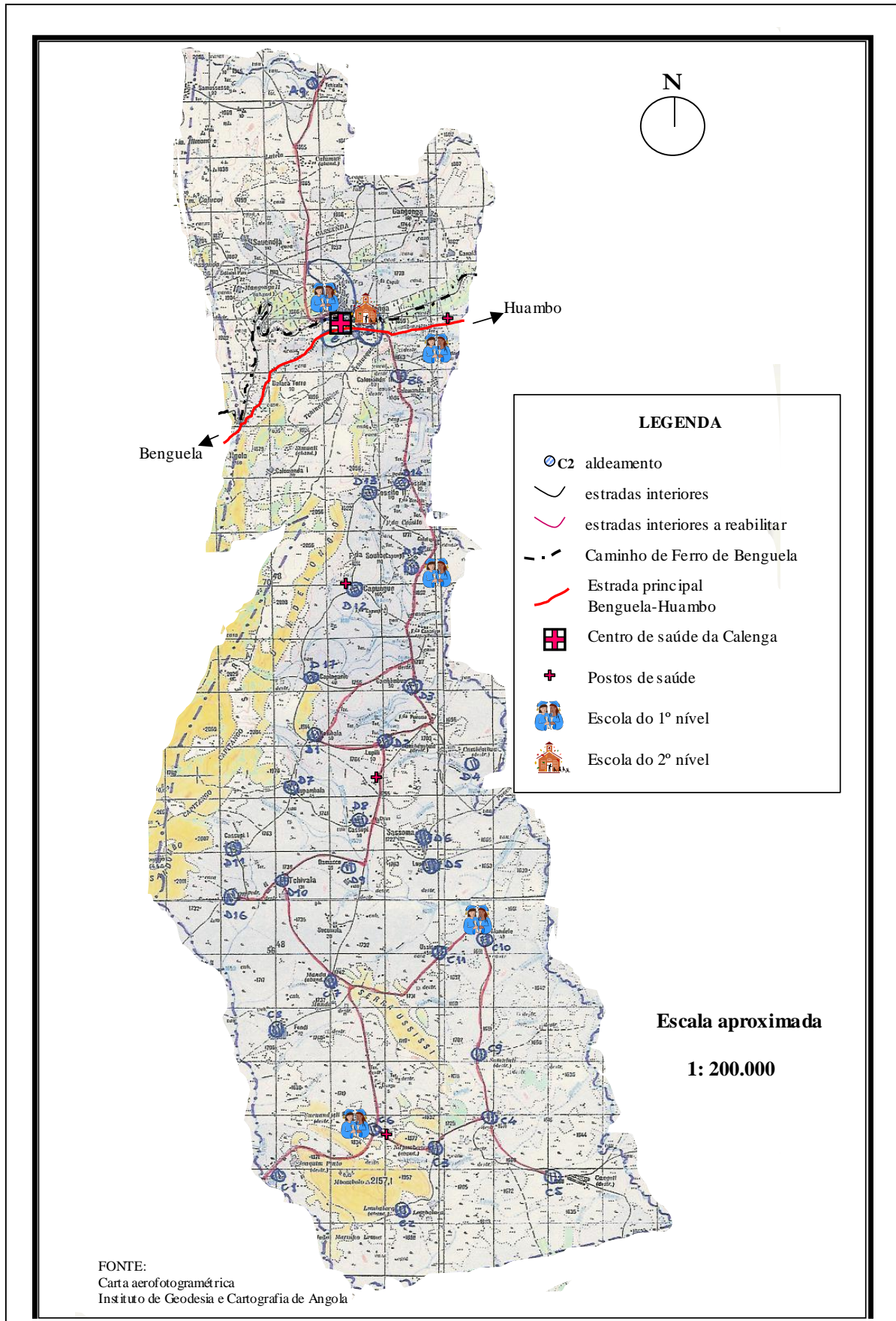


Figura 1 - Mapa da Comuna da Calenga

No âmbito do projeto realizou-se um levantamento das 52 aldeias da Comuna da Calenga, o que permitiu estimar que a população rural é de cerca de 58.630 habitantes, agregados em 9.380 famílias que correspondem a igual número de empresas agrícolas familiares (EAF) com diferentes graus de desenvolvimento agrícola (GEPROC, 2008).

As aldeias são dirigidas por uma autoridade local -*Sekulu*- e agrupam-se em três unidades organizativas com referência tradicional -*Ombala*-, cada uma delas sob a chefia de uma autoridade -*Ossoma*-, reconhecida e sob enquadramento da Administração do Estado.

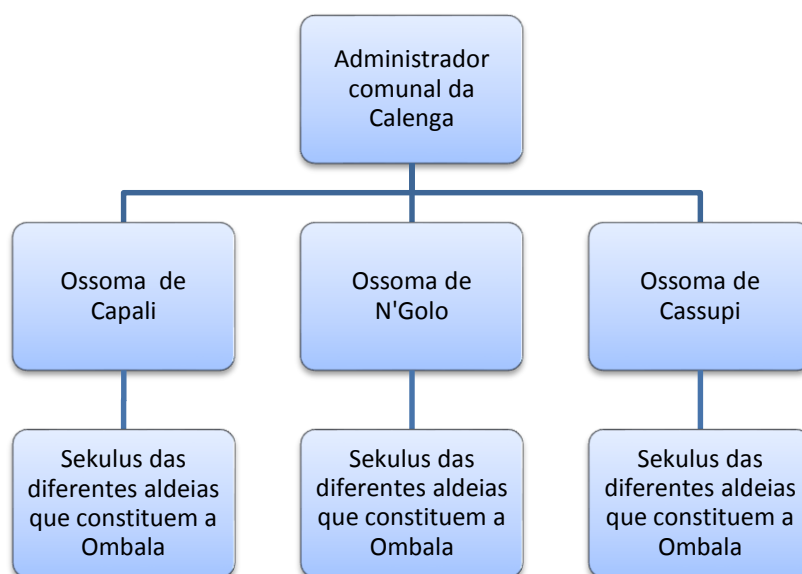


Figura 2 - Organograma da Hierarquia da Comuna da Calenga

Tabela 1 - Estruturação das comunidades

Designação	nº de aldeias	nº de famílias	População total	Famílias por aldeia	Pessoas por família
Ombala Capali	24	4.670	29.830	194,6	6,4
Ombala N'Golo	11	1.340	8.680	121,8	6,5
Ombala Cassupi	17	3.370	22.040	198,2	6,5
Totais	52	9.380	60.550	180,4	6,5

Uma análise sumária da Tabela1 permite observar que a dimensão média de cada aldeia é de aproximadamente 180 agregados familiares, cerca de 1.200 pessoas.

A comuna da Calenga tem cerca de 41.000 hectares, com 24.500 hectares disponíveis para as comunidades rurais, sendo efetivamente exploradas cerca de 90%. Às empresas comerciais são concedidos 5500 hectares, 3000 hectares para áreas sociais e de circulação e 8000 hectares são terras não exploráveis.

Se atendermos ao número de agregados familiares e às áreas concessionadas, as empresas familiares têm em média 2,5 hectares, (utilizados mais de 50% na produção de milho e cerca de 20% na produção de batata) e as empresas concessionam em média 50 hectares.

A exploração dos terrenos pelos agregados familiares é feita de forma racional, com a instalação dos campos de cultura em diferentes posições topográficas consoante as diferentes épocas, o que permite ordenar no tempo as produções e o trabalho. A Tabela 2 a seguir mostra a disposição das culturas nos diferentes tipos de lavra conforme a altura do ano.

Tabela 2 - Sistema De exploração dos terrenos

Tipo de lavra	Características das parcelas	Época de sementeiras	Época de colheita	Culturas principais
Onaka	área de baixa	Julho-Agosto	Novembro-Dezembro	Milho, feijão, hortícolas, batata rena
Ombanda	Área da faixa de transição da baixa	Setembro	Janeiro-Fevereiro	Milho, feijão, batata rena
Ongongo (<i>épia ongongo</i>)	Lavra de sequeiro nas posições catenárias elevadas	Outubro-Novembro, Janeiro/Fevereiro	Janeiro/Junho	Milho, Feijão, Batata rena, hortícolas
Otchumbo	parcela junto das residências (quintal)	Outubro-Novembro Janeiro/Fevereiro	Janeiro/Junho	Milho, feijão, batata rena, cenoura, cebola, hortícolas
Área de rega	parcela com regadio nas encostas ou na transição para a baixa	Agosto/ Setembro Abril/Maio	Dezembro/ Fevereiro Agosto/ Setembro	Milho (Agosto), Batata rena, cebola, Cenoura, repolho, alho, tomate

Atualmente, o regime de posse de terra é caracterizado pela propriedade individual das parcelas dentro do espaço da comunidade e reconhecida pelos seus habitantes.

A nova Lei de Terras, Lei nº09/04, consagra a proteção do Estado sobre os direitos fundiários das comunidades, sendo declarada "às famílias que integram as comunidades rurais, a ocupação, posse e os direitos de uso e fruição dos terrenos rurais comunitários por elas ocupados e aproveitados de forma útil e efetiva segundo o costume" (Art. 37º). De acordo com esta Lei os terrenos rurais comunitários "integrados no domínio útil consuetudinário", não podem ser objeto de concessão, sendo o reconhecimento desses direitos feito em título emitido pela autoridade competente. A Lei nº09/04 foi já regulamentada pelo Decreto nº58/07 do Conselho de Ministros e, no que respeita aos direitos das comunidades rurais sobre as terras, estabelece as formas e metodologia para a delimitação e titularidade dessas terras.

A comuna da Calenga enfrenta alguns problemas que afetam as comunidades rurais, estes problemas são a falta de sementes, de fertilizantes e de gado de tração. A solução desses problemas passa, de acordo com a população local, pela maior disponibilidade de crédito.

Outro problema é o estado da rede de estradas de acesso às aldeias, pela qual é feita a circulação das pessoas e bens. Esta encontra-se em muito mau estado e por isso é fundamental a sua reparação para que a população tenha acesso às outras comunidades e assim possam comercializar os seus produtos.

2.2 Projeto Calenga

Com base num estudo realizado em 1988 pelo gabinete de consultoria ITALCONSULT, italiano, e da sugestão feita por parte do Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD) em 2004, para estender o projeto inicial e incluir uma componente de desenvolvimento agrícola de sequeiro da comuna da Calenga, o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural elaborou um relatório sobre o projeto com base em contactos com as autoridades e comunidades locais.(GEPROC,2008)

Em Maio de 2005 com base nesses documentos, a FAO elaborou um relatório para proposta do projeto. O pedido de financiamento do Projeto foi renovado pelo Governo cuja resposta por parte do BAD foi a avaliação do Projeto em Junho de 2005 tendo por base os relatórios de preparação da FAO, documentos técnicos do Governo, consultas

com as diferentes partes e informações angariadas ao longo da avaliação do projeto (GEPROC,2008). O projeto foi então aprovado pelo Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), tendo sido organizado pelo Departamento de Agricultura e de Desenvolvimento Rural (OCAR).

O Projeto de Desenvolvimento Agrícola Bom Jesus/Calenga, para além de intervenções de reforço das capacidades humanas e logísticas dos serviços do MINADER, previa mais quatro componentes principais para as áreas rurais:

- i) Desenvolvimento da infraestrutura rural (5500 hectares de regadios, 84 Km de estradas);
- ii) Desenvolvimento agrícola (aumento do parque de máquinas, produção de sementes, criação de centros de armazenagem);
- iii) Reforço das capacidades (formação); e
- iv) Gestão do projeto.

Espera-se a duplicação da produção agrícola da zona e o correspondente a um aumento direto por agregado familiar de 5500 USD por ano, que com efeitos multiplicadores de rendimento, pode favorecer o aparecimento de atividades não agrícolas de pelo menos o mesmo valor, com efeitos na Caála e Huambo.

2.3 Preocupações

2.3.1 Estradas Rurais

As estradas rurais são as que impulsionam o desenvolvimento de uma região. Estas contribuem no escoamento dos produtos agrícolas das zonas rurais para os centros urbanos, facilitando a distribuição e reduzindo as perdas de produção, que é um dos grandes problemas enfrentados pelos camponeses.

As estradas contribuem também para a redução dos custos da transportação quer das pessoas que se deslocam do campo para a cidade ou da cidade para o campo, quer dos fatores de produção, bem como dos produtos agrícolas.

Também contribui para o desenvolvimento das localidades porque permite a aos empreendedores apostarem na construção de infraestruturas sociais e económicas, aproximando deste modo a cidade e o campo.

BAESSO *et al*; (2003), sustentam que as estradas rurais permitem o desenvolvimento das comunidades por elas atingidas e por consequência garantem a melhoria de qualidade de vida. Estradas melhores permitem o tráfego a qualquer momento do dia e da noite, permitem regular o abastecimento das cidades, dão segurança aos usuários, reduzem o custo de transporte da produção, aumentam os lucros dos produtores e melhora a arrecadação.

JACOBY (1998) considera que é importante mencionar outros benefícios das estradas rurais, além de um transporte barato para os mercados agrícolas, oferecendo oportunidade de acesso à educação, saúde e maior variedade de bens de consumo.

A predominância das estradas não pavimentadas nos países em desenvolvimento é destacada por GRIEBELER (2002), tendo em vista que grande parte de sua economia é baseada na produção e comercialização de produtos primários, sendo estes transportados principalmente neste tipo de via.

Durante vários anos as estradas desta zona foram lançadas à sua própria sorte, sem quaisquer trabalhos de manutenção, consequência da dramática situação de guerra de que o país foi alvo. Com a circulação das pessoas e de bens e a intensificação da produção agrícola, torna-se imperioso a realização de atividades que visam a recuperação e manutenção das vias.

Dada a importância destas estradas na economia local e regional, o Projeto enquadrou no seu programa a reabilitação de cerca de 84 Km de estradas e pontes que ligam diferentes aldeias à sede da comuna.



Figura 3 - Reabilitação das estradas e pontes da Calenga

2.3.2 Crédito Agrícola

O crédito agrícola constitui um fator importante que contribui para o fomento da atividade agrícola possibilitando ao camponês a aquisição de fatores de produção, tais como: sementes, adubos, equipamentos, ferramentas e outros.

Várias têm sido as instituições, financeiras formais, organizações não-governamentais (ONG's), Ministério da Agricultura e Ministério Finanças, que procuram assegurar o processo de crédito agrícola nas comunidades rurais.

No entanto ainda existe grandes dificuldades por parte dos camponeses em aceder ao crédito agrícola porque muitas vezes não reúnem a documentação exigida pelas instituições financeiras, há falta de informação do processo de crédito, insuficiência de infraestruturas das instituições financeiras para a descentralização dos seus serviços junto das comunidades e insuficiência de pessoal qualificado.

Um dos grandes desafios do projeto consiste na interligação das cooperativas com as instituições bancárias para acederem ao crédito, com vista ao aumento das produções agropecuárias e garantir a segurança alimentar.

Os anos de 2008 e 2009 foram os primeiros anos em que o Projeto trabalhou na conceção de crédito aos camponeses, o qual era reembolsado em dinheiro no fim das colheitas. Com o crédito, os camponeses receberam sementes de batata-rena, de hortícolas diversas, fertilizantes e pulverizadores.

A taxa de reembolso obtida foi razoável, porém constatou-se que era necessário desenvolver um trabalho contínuo de consciencialização junto dos camponeses dada a importância do reembolso para a cedência de novos financiamentos.

Os resultados e a experiência adquirida neste exercício permitiu ao Projeto celebrar um convénio com o Banco Sol para o financiamento de meios de produção para as cooperativas formadas e organizadas pela coordenação do Projeto, no âmbito do crédito agrícola aprovado pelo Governo de Angola para incentivar a produção na campanha agrícola de 2010/11.

Na tabela que se segue estão descritos os produtos, as quantidades e os valores dos meios de produção distribuídos aos camponeses nos anos 2008 e 2009.

Tabela 3 - Quantidades e valores de meios de produção fornecidos às cooperativas no ano 2008 a 2009

Ref.	Produto	U.M	2008		2009	
			Quantidade	valor (Kz)	Quantidade	valor (Kz)
A	<u>Inputs:</u>					
1	Adubo composto	Ton	313,2	15.660.000	108,4	5.420.000
2	Sulfato de amónio	Ton	62,3	2.118.200	92,1	3.131.400
3	Ureia	Ton			35,0	1.400.000
4	Semente de batata rena	Ton	50,0	4.000.000	120,0	9.600.000
5	Semente de repolho	Kg			810,0	1.458.000
6	Sementes de pimento	Kg			30,0	1.176.000
7	Cebola	Kg			35,0	1.207.500
8	Pesticidas	Kg/Lts			88,0	211.200
9	Sacos de ráfia de 25Kg	Un	25.000,0	625.000		
	Sub-Total			22.403.200		23.604.100
B	<u>Equipamentos</u>	Un				
	pulverizadores de dorso				50,0	400.000
	Total			22.403.200		24.004.100

Deste modo foram efetuados levantamentos dos meios de produção nas cooperativas e elaborados os respetivos projetos, num total de 41 cooperativas.

Destas cooperativas, apenas 34 foram abrangidas pelo crédito bancário, tendo estas recebido fertilizantes num valor total de 56.507.000 Kz (565. 070 USD), cujo prazo de reembolso foi de 8 meses e com uma taxa de juro anual de 5%.

As cooperativas que não foram abrangidas pelo crédito bancário, foram contempladas na linha de financiamento do Projeto, cujo valor global do financiamento foi de 17.248.200 Kz (172.482 USD).

Na tabela 4 estão descritas as Ombalas o número de cooperativas por Ombala e respetivos beneficiários, a quantidade de fertilizantes, o seu valor e o total de financiamento concedido pelo Banco Sol a cada Ombala.

Tabela 4 - Resumo das cooperativas beneficiadas pelo Banco Sol

Nº	Nome da Ombala	Nº de Cooperativas	Nº de Beneficiários	Fertilizantes (sacos)			Valor dos fertilizantes em Kz			Total em Kz
				12.24.12	Amónio	Ureia	12.24.12	Amónio	Ureia	
1	Capali	15	852	3922	1471	736	17.834.900	4.353.900	2.923.200	25.111.900
2	Cassupi	14	951	4337	1538	703	19.769.700	4.877.200	2.952.600	27.599.500
3	Ngolo	5	193	631	220	45	2.902.600	704.000	189.000	3.795.600
Totais Gerais		34	1996	8890	3229	1484	40.507.100	9.935.100	6.064.800	56.507.000
Quantidades em Toneladas				444,5	161,45	74,2				

Na tabela 5 encontram se as cooperativas das Aldeias beneficiadas pelo credito do Projeto também, com o número de beneficiários, as quantidades de fertilizantes e os respetivos valores monetários.

Tabela 5 - Credito Agrícola fornecido pelo Banco Africano de Desenvolvimento-Projecto

Nº	Aldeia	Cooperativa	Fertilizantes (Sacos)			Valor em KZ			Total
			12.24.12	S. Amónio	Ureia	12.24.12	S. Amónio	Ureia	
1	Casseque II	Chicanda	197	110	55	906.200	352.000	231.000	1.489.200
2	Cahenjengo	Lonundo	372	143	80	1.711.200	457.600	336.000	2.504.800
3	Utunguila	Kachitopo	378	166	44	1.738.800	531.200	184.800	2.454.800
4	Evila	Cassaque	217	36	14	998.200	115.200	58.800	1.172.200
5	Ngolo	Lukuene	316	16	6	1.453.600	51.200	25.200	1.530.000
6	Lupili	Kakuendje	153	35	0	703.800	112.000	0	815.800

7	Capunge	Capitango	1.283	250	138	5.901.800	800.000	579.600	7.281.400
Totais Gerais			2.916	756	337	13.413.600	2.419.200	1.415.400	17.248.200
Quantidade em Toneladas			145,8	37,8	16,9				

A cedência do crédito permitiu às famílias camponesas aumentarem substancialmente a produção e produtividade, melhorando as suas rendas e a qualidade de vida.

Sublinha-se que a taxa de reembolso do crédito foi razoável e com vista a solucionar a situação, as equipas de extensão têm promovido várias assembleias de cooperadores com vista a ultrapassar a situação. No entanto os cooperadores estão conscientes da obrigação que têm para com o banco em cumprir escrupulosamente com os prazos acordados.

A morosidade dos reembolsos deve-se à dificuldade de comercialização dos produtos, a receção tardia do crédito não permitiu realizar as atividades agrícolas em época oportuna. Assim para a campanha agrícola de 2012, beneficiaram numa primeira fase apenas 8 cooperativas que já concluíram a liquidação do crédito anterior.

Na tabela estão descritas as quantidades de meios de produção fornecidos às cooperativas.

Tabela 6 - Quantidades de inputs financiados pelo BAD na Campanha Agrícola 2011/2012

Nº	Aldeia	Nome da Cooperativa	Semente de Milho (kg)
1	Chiwo	Chiwo	130
2	Sambuto	Sambuto	320
3	Sanzala - Mota	Tuapandula	470
4	Capali	Nacupili	550
5	Chicala	Chicala Ossete	585
6	Hoji-ya-Henda	Etumbuluco	355
7	Capunge	Capitango	510
8	Damasco	Catuvalala	540
9	Chilambo	Chilambo	900

10	Mandele	Candodelo	840
Total			5.200

Quando as cooperativas são beneficiadas pelo crédito agrícola, as equipas de extensão montam em cada cooperativa o sistema de contabilidade e de gestão com vista a assegurar o bom funcionamento da cooperativa no domínio do controlo e do acompanhamento do crédito, o que também permite maior disponibilidade em prestação de informações aos sócios e instituições e torna o processo de gestão transparente eficiente e eficaz, reforçando as capacidades das famílias camponesas no domínio crédito.

De acordo com BITTENCOURT (2003), é preciso reforçar instituições de finanças rurais locais e que incorporam no crédito um conjunto de serviços essenciais para a construção de capital social e a superação dos obstáculos que travam o desenvolvimento, e a inserção sustentável dos agricultores familiares nos mercados.

No entanto, o crédito exerce um papel fundamental no desenvolvimento agrícola ao possibilitar o acesso à tecnologia de produtos (máquinas, equipamentos, insumos entre outros).

Segundo CANGA (2006), o crédito ajuda os produtores a aumentarem as áreas cultivadas, intensificar a produção, melhorar os sistemas de transformação e conservação dos produtos, e estimula e promove o surgimento de outras atividades no meio rural, como a indústria, construção e sedentariza os comerciantes.



Figura 4 - Distribuição de inputs agrícolas às cooperativas.

2.3.3 Extensão rural

A extensão rural é um serviço de assessoria aos camponeses, às suas famílias, seus grupos e organizações nos campos da tecnologia da produção agropecuária, administração rural, educação alimentar, educação sanitária, educação ecológica, associativismo e ação comunitária (FIGUEIREDO, 1984).

Os extensionistas, são agentes que estabelecem a ligação entre os interesses dos agricultores e as políticas agrícolas, com o objetivo de ultrapassar a acessoria técnica e promover mudanças sócio-económicas no seio das famílias camponesas.

Para a implementação das atividades do Projeto foram constituídas duas equipes de extensão, sendo uma para a zona Sul e outra para a zona Norte. Cada equipe é constituída por 2 elementos que trabalham diretamente com as famílias camponesas no domínio da organização de cooperativas, transmissão de princípios de cooperativismo, apoio na legalização das cooperativas, organização de assembleias de cooperadores, apoio ao crédito agrícola, capacitação dos órgãos sociais das cooperativas, acompanhamento das culturas e respetivas medições, apoio na comercialização, acompanhamento na construção de infraestruturas, identificação de projetos, apoio nas campanhas de vacinação animal, apoio à educação sanitária.

A atividade de acompanhamento das culturas e a medição de produtividade são ações essenciais para facilitar a programação futura e a avaliação dos rendimentos económicos necessários para os projetos de financiamento. Neste âmbito foram medidas produtividades para as seguintes culturas:

Tabela 7 - Medições por metro quadrado efetuadas em diversas culturas.

Cultura	Nº de medições de produtividade
Batata rena	50
Milho	42
Repolho	6
Cebola	5
Cenoura	14
Tomate	1

Alho	1
Ginguba	2
Soja	1



Figura 5 - Acompanhamento de culturas.

Com vista a assegurar a vacinação do gado e outros animais da zona da Calenga, estabeleceu-se parceria com a Direções Provincial e Municipal do Instituto do Serviços de Veterinária. Para a vacinação dos bovinos foram construídas pelas comunidades interessadas 6 mangas de vacinação. A campanha serviu para baixar substancialmente os índices das epidemias.



Figura 6 - Apoio à campanha de vacinação animal

No entanto pela dimensão geográfica da comuna, pelo elevado número de famílias camponesas e pela complexidade de problemas na zona rural o número de extensionistas não é suficiente para dar resposta às preocupações das famílias camponesas.

Pela contribuição da extensão no desenvolvimento rural e agrícola, existe a necessidade do Governo implementar políticas agrícolas adequadas, apoiar o suprimento da assistência técnica, dinamizar programas de formação, melhorar a articulação interna e externa dos órgãos públicos com o sistema agrário, reestruturar as instituições de Investigação Agrícola, fazer promoção agrícola e tornar operacional o crédito rural.

A adoção destas novas técnicas permite estimular o crescimento das famílias camponesas no sentido de geração de rendas, reduzindo a pobreza, promovendo o incremento da produtividade agrícola, e servir de motor de crescimento para a economia, garantindo a sustentabilidade dos seus sistemas de produção (NEPAD, 2002).

De acordo com VENKATARAMAN (2002) as responsabilidades da extensão rural aumentam ao debater se com problemas de declínio da produtividade, perda de biodiversidade, mudanças climáticas e degradação ambiental, com a questão de conseguir bons mercados para os produtos agrícolas, dificuldades estas que representam sérias ameaças, ao adicionar-se a persistência da pobreza e a segurança alimentar futura.

RIVERA (2002), defende que o papel do governo é fundamental para a reconstrução da extensão rural, especialmente para a promoção do bem público. A contribuição da extensão rural através da articulação de diversas ferramentas de apoio à produção familiar e de orientação multidisciplinar, é positiva e fundamental. A extensão rural deve permitir a possibilidade de resgate dos conhecimentos locais e de participação consciente nas mudanças necessárias a nível político, social, ambiental, económico, cultural e ético.

2.3.4. Transportes

Existe na região sérias dificuldades de transportação dos produtos do campo para os centros de consumo. Tal facto está associado ao estado degradante das estradas, o que dificulta a circulação de viaturas quer para transportação de mercadorias, quer de passageiros.

Face a esta situação a transportação dos produtos agrícolas (recolha dos produtos das parcelas) é feita frequentemente à cabeça, por carroças e por vezes de carro para os mercados de Epuacha, Cassupi I e mercado da comuna sede.



Figura 7 - Transporte de produtos em carroças

Tendo em conta os inconvenientes apontados os custos de transporte são muito elevados e muitos camponeses não estão em condições de arcar com tais despesas o que tem concorrido para elevadas perdas de produção. Por outro lado oneram os custos dos fatores de produção e dos bens de consumo. De acordo com GUIMARÃES (2011) o fomento, o planeamento, a gestão dos sistemas e serviços dos transportes públicos nas áreas rurais, contribui para desenvolvimento sustentável, reforça o desenvolvimento das áreas rurais, facilitando o acesso da população ao emprego, bens e serviços.

2.3.5 Preços dos Produtos

Os preços dos produtos agrícolas praticados são muito baixos, o comprador é quem define o preço dos produtos, habitualmente a cada conjunto de unidades compradas, adiciona-se uma unidade grátis. Por outro lado os encargos de produção são muito elevados, tais como fertilizantes, pesticidas, instrumentos de trabalho, mão-de-obra, transporte entre outros. Tal realidade tem prejudicado os camponeses, pois não conseguem lucros, o que desincentiva o incremento a produção, deixando o sector camponês numa crescente situação de pobreza.

Uma das grandes preocupações que os camponeses gostariam de ver resolvida junto das instituições do governo é a regulamentação dos preços dos produtos a nível nacional, a divulgação de informação em cada localidade para permitir a tomada de decisão de venda.

A melhoria das receitas poderá resultar de uma comercialização mais eficiente que corresponda ao valor real dos produtos mas, em termos da economia doméstica, o benefício real dos produtores depende também dos preços das mercadorias que são necessárias adquirir, em especial dos preços dos fatores de produção e dos serviços, nomeadamente do transporte dos produtos.

Segundo um diagnóstico preliminar do sector do Comércio expresso no Portal do Governo de Angola (2009), aponta para a falta de uma política de comercialização dos

produtos agrícolas, devido por um lado aos estrangulamentos na circulação mercantil pelo território nacional e por outro à falta de um sistema de regulação de preços. Esses constrangimentos acabam por desencorajar a participação dos produtores no mercado, afetando os consumidores que têm que conviver com preços elevados e estruturas oligopolizadas de oferta.

2.3.6 Saúde

O acesso aos serviços de saúde nas comunidades rurais ainda é deficiente. A rede sanitária comunal é constituída por 5 unidades distribuídas da seguinte forma: um hospital na sede da comunal, um posto de saúde na aldeia de Chicala; um posto de saúde na aldeia de Capunge; um posto de saúde na aldeia de Cassupi II e um posto de saúde na aldeia de Sucuanjali.

Tendo em conta a localização de cada uma das unidades sanitárias e o seu horário de atendimento ao público, a população é forçada a percorrer longas distâncias à procura de assistência médica principalmente à noite.

Para solucionar o problema o projeto reconstruiu e ampliou os dois postos de saúde das aldeias de Sukuanjali, Cassupi II. Cada posto comporta uma sala de espera, uma sala para tratamentos, uma sala para consultas, uma farmácia, dois WC e um sala para laboratório.

Também foram construídas três residências para os técnicos de saúde nas aldeias de Capunge, Cassupi II e Sukuanjali. Cada residência consta de 3 quartos, 1 sala comum, 1 cozinha, 1 casa de banho, 1 dispensa e 2 varandas.



Figura 8 - Residência e Posto de Saúde de Capunge e de Cassupi II.

Com a construção destas infraestruturas pretende-se melhorar a qualidade dos serviços de saúde na região, com atendimento personalizado e permanente, maior aproximação dos serviços de saúde aos pacientes com a permanência dos técnicos de saúde nos

locais de trabalho, redução dos custos com o transporte e redução dos riscos inerentes às viagens.

Para além da construção de infraestruturas, foram realizados trabalhos de sensibilização em colaboração com os serviços de saúde. Desenvolveram-se ações de apoio à educação sanitária junto das comunidades tais como: campanha de vacinação contra a poliomielite e principalmente sensibilização no domínio do HIV/Sida e outras DST (doenças sexualmente transmissíveis), fazendo referencia às formas de transmissão, modos de prevenção e como se podem informar do seu estado serológico.



Figura 9 - Campanha de sensibilização sobre o HIV / SIDA

A saúde é um elemento importante no desenvolvimento humano e constitui uma condição necessária para o crescimento económico. De facto, para se poder participar no processo produtivo e beneficiar das oportunidades que advenham do crescimento económico, o indivíduo precisa de sentir-se em boa saúde.

Os principais objetivos da área da saúde são garantir a prestação dos serviços básicos a toda a população, com a qualidade necessária, tendo as mulheres e as crianças como principais grupos-alvo.

De acordo com os dados do Ministério do Planeamento (2004), as apostas do Governo Angolano são o aumento e a melhoria do acesso aos cuidados primários de saúde, com destaque para a saúde materno-infantil; melhorar a qualidade dos serviços existentes dando ênfase à formação e supervisão; a disponibilização de medicamentos essenciais, assim como o reforço do diagnóstico das doenças mais comuns, com destaque para a malária, tuberculose e doenças passivas de prevenção pela vacinação e controlar a propagação das DST e VIH/SIDA.

2.3.7. Preocupação com Aspetos Económicos

A população da região vive principalmente de atividades agro-silvo-pecuárias, geradoras de rendimentos no seio das famílias camponesas.

A produção de alimentos constitui a base principal da estrutura produtiva do sector familiar, onde parte da produção é utilizada para o consumo e o excedente para a comercialização.

A produção de bens alimentares é importante em todas as aldeias embora, existam algumas diferenças no tipo de culturas, dependentes das diversidades agroecológicas, socioculturais, hidrológicas e do acesso ao mercado.

Deste modo, a distribuição agroecológica das culturas obedecem as seguintes características: Na zona Norte existe o predomínio da produção de hortícolas (batata-rena, cenoura, repolho, cebola, pimento) dada a facilidade do escoamento dos produtos para o mercado local, ao passo que na zona Sul a produção de milho e feijão tem mais expressão, precisamente pela dificuldade de escoamento dos produtos. No geral as produções de batata e de produtos hortícolas assumem maior importância pelos resultados que podem conseguir na comercialização.

Destaca-se ainda outra atividade económica: a criação de animais. Em todo território da comuna existe criação de animais, principalmente bovinos, caprinos, ovinos, suínos e aves.

Nota-se um aumento considerável do efetivo pecuário na região, resultante dos esforços pessoais dos criadores. Porém estes esforços muitas vezes não encontram compensação dada a presença de doenças nomeadamente a peste suína, newcastle, tuberculose, dermatite nodular, entre outras, por isso o asseguramento das condições necessárias para o desenvolvimento da agropecuária é importante e passa pelo acesso a vacinas e pelo diagnóstico e investigação de doenças animais. Estes fatores são de grande importância para a melhoria das condições sócias e económicas das famílias.

Considera o Ministério do Planeamento (2004), que um sólido processo de recuperação económica é a esperança de mais de 66% da população angolana que reside em vilas rurais, com pequenas famílias camponesas altamente dependentes da agricultura para sua subsistência.

Investir na agricultura familiar não só reduzirá a dependência das importações alimentares, como também terá um maior impacto nos rendimentos desta população,

reduzirá a pobreza no meio rural, aumentará a segurança alimentar, diminuirá a mortalidade infantil e a malnutrição.

2.3.8. Preocupação com Aspetos Sociais

Um dos grandes problemas sociais que a população do meio rural enfrenta consiste no acesso a água potável, que é um dos grandes desafios do Governo Angolano assente na melhoria das condições económico-sociais das famílias no meio rural, particularmente o acesso a água potável.

Deste modo, implementou-se em todo o país o programa “Água Para Todos” com vista ao bem-estar da população, bem como o desenvolvimento das comunidades.

Em conformidade com esta questão, o Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Calenga com base no seu programa executivo e com o financiamento do FADA (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrícola), levou a cabo a execução prática de instalação de seis sistemas de abastecimento de água potável, nomeadamente nas aldeias de Kuendi, Chicala, Capunge e Ehondio com sistemas de abastecimento por gravidade e nas aldeias de Cassupi II e Lupili com sistemas por bombeamento sustentados por placas solares.

Os sistemas das aldeias de Kuendi e Capunge consistem na captação de água de uma nascente que se distânciam aproximadamente 2,5 km e 2,2 km respetivamente das aldeias. Ligaram-se a chafarizes com duas bicas.

Na aldeia de Ehondio, o sistema é também gravitacional, cuja distância à nascente é de aproximadamente 1,3km e abastece 2 chafarizes, com 2 bicas cada, a partir de um tanque de derivação.

Na aldeia de Chicala, a captação da água é feita por gravidade numa nascente cuja distância é de aproximadamente 1,5 km à população. A mesma foi ligada a um tanque de acumulação de cinco mil litros e este a um chafariz com duas torneiras de pressão.

O sistema de abastecimento implementado na aldeia de Cassupi II é composto por uma bomba com altura manométrica de 30m que é tutelada por painéis solares e localizada a aproximadamente 20m da residência dos técnicos e posto de saúde. Este sistema está acoplado a um tanque de acumulação com dois mil litros colocado em cima de uma estrutura metálica e a água é abastecida à residência e ao posto de saúde por gravidade através do sistema de canalização da rede de água dos respectivos edifícios.

O sistema implementado na aldeia de Lupili é também efetuado por bombeamento. A bomba deste sistema é mais potente com uma altura manométrica de 85 m, igualmente suportada por energia solar que se localiza a uma distância de aproximadamente 3km da nascente, ligada a um tanque de acumulação de cinco mil litros, colocado em cima de uma estrutura metálica. A água é fornecida à população por um chafariz com duas torneiras de pressão, com escoamento gravítico. Na aldeia de Chilambo, o sistema já possui um projeto de água potável, que brevemente será executado.

O Projecto de Desenvolvimento Agrícola da Calenga tem mais projetos de sistemas de abastecimento de água e prevê construir em outras aldeias, no entanto esperam por financiamento para serem executados.

A construção destes sistemas trouxe grandes vantagens para os beneficiários, pois deixaram de percorrer longas distâncias à procura de água e passaram a ter água de qualidade para consumo. Estes fatores resultam na poupança de tempo podendo assim este tempo ser rentabilizado em outras atividades produtivas e principalmente na redução de doenças relacionadas com a água, como a cólera e outras doenças que, para além do mal-estar e até mesmo casos de morte, traziam grandes implicações económicas no seio das famílias camponesas.

A população mostrou-se satisfeita e impressionada por terem recebido estes empreendimentos.



Figura 10 - Instalação dos sistemas de abastecimento de água por gravidade.



Figura 11 - Sistemas de abastecimento de água por bombagem com energia solar.

Segundo informações do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (2005), a melhoria da qualidade dos serviços de abastecimento de água e saneamento e o acesso a estes serviços, constitui para Angola um grande desafio, visto que regista níveis muito baixos comparado com outros países Africanos.

Existem doenças relacionadas com a água que ainda não foram erradicadas em Angola, principalmente pela qualidade da água a que as populações têm acesso e pela escassez cada vez mais visível.

2.3.9. Preocupação com falhas na Política Agrária

Ao nível da província existem instituições vocacionadas para o apoio à atividade agropecuária nas comunidades rurais, porém as suas ações não são visíveis, o que faz com que haja uma barreira entre camponeses e as instituições de pesquisa.

Tal deve-se à falta de meios técnicos, ou de quadros capacitados para poderem estabelecer este vínculo. Esta carência tem impossibilitado a solução de muitos dos problemas que os camponeses enfrentam, dificultando os avanços no domínio da produção agrícola e do desenvolvimento rural.

Segundo RIVEIRA, (2003), os institutos de investigação e pessoal de extensão agrícola, bem como pesquisadores das universidades, naturalmente precisam ser incluídos no desenvolvimento agrícola e na assistência agrária das comunidades. O resultado seria equipas integradas por especialistas, trabalhando em conjunto para esclarecer os produtores em situações de insegurança alimentar nas comunidades e prestar a assistência necessária para atender a essas necessidades.

A capacitação e fortalecimento institucional amplia igualmente o leque de prestadores de serviços qualificados e garante fortes ligações com a modernização das diversas componentes do sistema de ensino agrícola.

Ainda destaca a GEPROC (2008), que o apoio eficaz ao desenvolvimento da atividade produtiva das comunidades rurais da zona da Calenga tem a ver não só com a competência dos quadros das instituições na extensão de conhecimentos técnicos agrários, mas também e principalmente com a competência destes nos domínios da avaliação dos problemas reais, da programação objetiva e nas ações dirigidas à organização e funcionamento das estruturas associativas de base. Esse apoio passa também pela eficácia das instituições na disponibilização aos produtores de políticas mais eficientes e de meios nos sectores do aprovisionamento de *inputs*, do transporte,

das vias de comunicação, do comércio e do crédito, uma vez que essas funções não podem ser resolvidas apenas e individualmente pelos produtores.

2.3.10. Preocupações com as Questões da Terra

Para a produção agrícola o acesso à terra é feito em forma de sucessão familiar, em alguns casos em forma de arrendamento e muitos compram as terras.

Os limites das propriedades estão perfeitamente definidos pelo que não tem havido grandes conflitos de terra. Algumas aldeias possuem títulos de exploração comunitária, de usufruto da terra que foram beneficiados pelo apoio da FAO o que permite que possam explorar a terra de forma segura, mas muitos camponeses não têm qualquer informação sobre a atual Lei de Terras vigente na República de Angola, pelo que as instituições devem trabalhar cada vez mais na divulgação desta lei.

De acordo com dados da GEPROC (2008), no território total da comuna da Calenga, calculado em cerca de 40.800 hectares, estima-se existir atualmente uma superfície de cerca de 62% para a exploração pelas EAF das comunidades tradicionais, o que corresponde, em média, por comunidade a cerca de 480 hectares.

Ainda considera o mesmo autor que a nova Lei de Terras, Lei nº09/04, consagra a proteção do Estado sobre os direitos fundiários das comunidades, sendo reconhecido “às famílias que integram as comunidades rurais, a ocupação, posse e os direitos de uso e fruição dos terrenos rurais comunitários por elas ocupados e aproveitados de forma útil e efetiva segundo o costume” (Art. 37º).

De acordo com esta lei, os terrenos rurais comunitários “integrados no domínio útil consuetudinário”, não podem ser objeto de concessão, sendo o reconhecimento desses direitos feito em título emitido pela autoridade competente.

A Lei nº09/04 foi já regulamentada pelo Decreto nº58/07 do Conselho de Ministros e no que respeita aos direitos das comunidades rurais sobre as terras, estabelece as formas e metodologias para a delimitação e titularidade dessas terras. Existe assim um quadro legal que permite os serviços de extensão apoiarem o Governo na aplicação dessas disposições legais a favor da defesa dos direitos das comunidades rurais com que trabalham.

2.3.11 Preocupações com a produtividade

A baixa fertilidade dos solos causada pelo desgaste dos solos, lixiviação, falta de análises e correção adequada dos mesmos, a falta de sementes de qualidade, de pesticidas, de instrumentos agrícolas, de infraestruturas de apoio à produção, comercialização, processamento dos produtos, são grandes problemas enfrentados pelos camponeses que conduzem à baixa produção nas explorações agrícolas.

Neste contexto o projeto leva a cabo a realização de ações que ajudam no incremento das produções das empresas agrícolas familiares através do apoio com fertilizantes, sementes diversas, ferramentas agrícolas, programas de multiplicação de sementes, construção de sistemas de irrigação, construção de centros de tratamento e armazenamento dos produtos e construção de centros de parque de máquinas para a mecanização agrícola.

A disponibilidade de água para rega é um dos fatores mais importantes para o aumento da produtividade. Em conformidade com este fator, durante os levantamentos de campo foram identificados 108 sistemas antigos por reabilitar e 40 novos sistemas de rega por construir.

Numa primeira fase foram construídos 6 sistemas de rega: um na aldeia de Chicala cujos trabalhos consistiram na construção do moreto para a tomada de água do rio Ussete, um na aldeia de Cossito I consistindo na reconstrução da barragem sobre o rio Condomboque, três na aldeia de Cambembua, com a reconstrução das barragens sobre o rios Chivititi, Camambala I e Camambala II e um aqueduto com 22 m de comprimento.

A construção destes sistemas aumentará substancialmente a área de produção, possibilitando aos camponeses produzirem várias culturas ao longo do ano.



Figura 12 - Construção de infraestruturas de apoio à irrigação.

De acordo com o relatório do Banco Mundial (2006), a agricultura é uma ferramenta de desenvolvimento vital para o cumprimento da Meta de Desenvolvimento do Milénio que

propõe reduzir pela metade, até 2015, a percentagem da população que vive em extrema pobreza e sofre fome.

O aumento da produtividade agrícola é fundamental para estimular o crescimento de outras vertentes da economia.

Mas o crescimento acelerado da produtividade da agricultura depende de apoio mais eficaz aos milhões de pessoas que trabalham no campo cujos principais meios são os seguintes:

- Melhorar os incentivos de preços e aumentar a qualidade e a quantidade dos investimentos públicos;
- Fazer com que os mercados funcionem melhor;
- Melhorar o acesso aos serviços financeiros e reduzir a exposição aos riscos que não dispõem de seguro;
- Melhorar o desempenho das organizações de produtores;
- Promover a inovação por intermédio da ciência e tecnologia; e
- Tornar a agricultura mais sustentável e provedora de serviços ambientais;

2.3.12. Preocupação com os jovens

A juventude é a franja social mais importante na implementação das ações que o projeto leva a cabo ao nível das comunidades, e da qual depende a continuidade destas ações. Para tal é fundamental a integração dos jovens em todos os processos de desenvolvimento comunitário.

A única forma de ocupação dos jovens nas comunidades é o campo, fora deste espaço não existe outra atividade.

Dado o elevado índice de analfabetismo nas comunidades, os jovens precisam de escolas de alfabetização para poderem aprender a ler e a escrever, dando a possibilidade de inserção no mercado de trabalho e assim contribuir para o sustento individual e da sua família, e promover a valorização do capital humano nacional que é a garantia de um crescimento económico sustentável.

Também existe a falta de escolas de artes e ofícios que são outra forma de formar os jovens, profissionalizando-os em áreas específicas facilitando a sua integração no mercado de trabalho.

Outra necessidade é a de espaços e material para atividades recreativas, uma forma de ocupação de tempos livres dos jovens que ajuda a despontar talentos no domínio desportivo ou cultural.

Capítulo III - Revisão da Literatura

3.1 Organização de Cooperativas Agrícolas

Desde o surgimento do homem na face da Terra que este sempre procurou associar-se a outros seres semelhantes para a realização de atividades sócias, económicas entre outras.

As provas desta realidade estão demonstradas nas práticas tradicionais enraizadas na cultura população do Huambo que ainda prevalecem até aos dias de hoje e onde se destacam o ochihemo, onjuluca, que revelam o espírito de interajuda.

A palavra cooperação provém do latim *operari* que significa "operar juntos", "trabalhar juntos". Assim sendo, considera-se o cooperativismo como uma doutrina organizacional da humanidade, baseada na economia solidária, na democracia, na participação e nos direito e deveres iguais para todos, sem discriminação de qualquer natureza, para todos os sócios (SCHENEIDER, 1996).

O movimento cooperativo surgiu com o capitalismo, a partir da grande revolução industrial dos séculos XVIII e XIX na Europa Ocidental e da expansão marítima e da colonização, assistindo-se à concentração cada vez maior do poder económico nas mãos de grupos capitalistas, o que levou ao surgimento de grandes desigualdades económicas e sociais (GEPROC, 2008).

Durante o século XVI começaram a surgir na Europa várias correntes defendendo a organização dos pequenos produtores e dos artesãos para que pudessem defender-se da marginalização económica, criando-se assim as bases do cooperativismo moderno que depois se estendeu a outros continentes (GEPROC, 2008).

O cooperativismo moderno foi idealizado por vários precursores e assim surgiu a formação da sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdalle em Manchester na Inglaterra, criada por 28 tecelões ingleses que se opunham ao capitalismo, para o resgate da dignidade humana. O movimento cooperativo tomou corpo e generalizou-se praticamente a todos os continentes.

Nas últimas décadas, nos países ocidentais industrializados, esse movimento consolidou-se e assumiu muitas vezes proporções de grande empresa, nas quais as relações com os seus membros passaram a ter tendência para se transformar em simples relações com clientes (MUNKER, 1988).

No caso particular de Angola o movimento cooperativo moderno surgiu com administração colonial portuguesa com vista a promover o desenvolvimento comunitário e foi dirigida por curto espaço de tempo e em algumas áreas, e abarcavam determinados sectores tais como o da habitação, do abastecimento urbano e da agricultura, com grandes interferência na liderança por parte do governo colonial.

Assim durante o período colonial foi lançado o movimento cooperativista que nos primeiros anos após a independência deixou algumas referências na área da Calenga, existindo ainda 3 associações criadas em 1977.

À semelhança do que se passou no resto de Angola, também na Calenga esta forma de organização de base das comunidades rurais foi perdendo expressão por falta de apoios e de objetividade na sua organização e funcionamento. Em 2008 o número de organizações associativas era reduzido (abrange apenas 18% das famílias camponesas) e a sua existência era pouco mais que nominal (GEPROC, 2008).

Com o eclodir dos conflitos armados que o país conheceu, o movimento cooperativo entrou em decadência resultante da migração dos camponeses das zonas de produção para as zonas urbanas à procura de segurança.

Com o surgimento da paz, as populações começam a regressar as suas zonas de origem e a reorganizar os seus espaços agrícolas, porém enfrentam sérios problemas de acesso aos fatores de produção, comercialização, acesso ao crédito, infraestruturas de apoio à produção entre outros.

Para neutralizar tais constrangimentos, o Governo Angolano aprovou em 2004 o Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (PEDR) que é executado pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), e em 2005 o Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Calenga tutelado pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural cujo um dos objetivos é incentivar ao nível das comunidades rurais a organização das cooperativas com vista a contribuir na resolução dos problemas que a classe camponesa enfrenta, tais como o incremento das produções e da produtividade, facilitar o acesso ao crédito e a comercialização entre outras atribuições de natureza social e económica.

O movimento cooperativo e associativo no domínio da agricultura, vem conhecendo crescimento notável, não obstante os constrangimentos de ordem estrutural e conjuntural (CANGA, 2006).

O Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Calenga, em conformidade com os objetivos do Governo, está a organizar em todas as aldeias cooperativas agrícolas, e passados quatro anos de execução efetiva do projeto foram organizadas e legalizadas 35 cooperativas e outras 13 aguardam pela conclusão da organização dos processos. Nas tabelas que se seguem estão descritas as cooperativas por Ombala.

O processo de formação das cooperativas compõe se pela divulgação da importância do cooperativismo, introdução dos estatutos do cooperativismo nas aldeias e sua discussão, organização da documentação necessária para a legalização, recolha de assinaturas de todos os membros e finalmente a escritura da cooperativa no Cartório Notarial da Comarca do Huambo.

Tabela 8 - Cooperativas da Ombala de Ngolo

Nomes das Cooperativas da Ombala de Ngolo			
Nº	Aldeia	Nome da Cooperativa	Nº de Membros
1	Mbowa Lucanjo	Mbowa	25
2	Lombalaca	Catundo	36
3	Jambeco	Mbambolo	35
4	Manda	Manda Tuayovoca	40
5	Chilambo	Chilambo	75
6	Sukuanjali	Sukuanjali	98
7	Mandele	Candodelo	68
8	Ngolo	Ngolo	75
9	Evila	Kassake	45
Total geral			497

Tabela 9 - Cooperativas da Ombala de Capili.

Nomes das Cooperativas da Ombala de Capili			
Nº	Aldeia	Nome da Cooperativa	Nº de Membros
1	Capali	Nacupili	47
2	Salongue	Sakahundju	69
3	Calucoi	Sawenha	67
4	Bomba	Sanjuca	88
5	Calumue	Calumue	64
6	Nandavala	Tulavoca	38
7	Chicala	Chicala Ossete	103
8	Casseque I	Yandalongue	30
9	Hoji-ya-Henda	Etumbuluco	53
10	I Quipeio	Kameme	93
11	Calomanda	Chianga	37
12	II Quipeio	II Quipeio	36
13	Canowa	Tchiwelekesse	79
14	Canala	Madaleno A. Canala	48
15	Kuendi	Kuendi- Kahete	36
16	Balacatchandju	Balacatchandju	45
17	Casseque II	Chicanda	55
18	Utunguila	Boa Nova Cachitopo	47
Total Geral	1.035	Total Geral	1.035

Tabela 10 - Cooperativas da Ombala de Cassupi.

Nomes das Cooperativas da Ombala de Cassupi			
Nº	Aldeia	Nome da Cooperativa	Nº de Membros
1	Kasspi II	Kassupi II	61
2	Chiwo	Chiwo	35
3	Chivala	Uluva	86
4	Damasco	Catuvalala	134
5	Capingãla	Muachiena	125
6	Cambembua	B.V. Cambembua	89
7	Sassoma	Coragem	56
8	Melica	Melica	46
9	Sanzala-Mota	Tuapandula Mota	32
10	Ehondio	Ehondio	76
11	Cossito I	Condomboque	39
12	Cossito II	Komemesse	90
13	Cangongo	Camoco	68
14	Sambuto	Sambuto	35
15	Capunge	Capitango	83
16	Lupili	Etamalãlo Kakuendje	35
17	Cassupi I	Cassupi I	65
Total Geral			1.155

Para garantir o funcionamento das mesmas realizaram-se ações de capacitação no domínio da organização de arquivos e são transmitidos conhecimentos básicos de contabilidade aos órgãos sociais, tarefa que se deverá manter até à conclusão do projeto.



Figura 13 - Organização de Cooperativas.

Princípios Cooperativos

Segundo a (SEBRAE), 2009 a organização, funcionamento e gestão da cooperativa devem obedecer aos princípios cooperativos, aprovados pela Aliança Cooperativista Internacional – ACI, em Manchester, na Inglaterra, em 1995 e são os seguintes:

1. **Adesão voluntária e livre** – As cooperativas são organizações abertas à participação de todos, independentemente do sexo, raça, classe social, opção política ou religiosa. Para participar, a pessoa deve conhecer e decidir se tem condições de cumprir os acordos estabelecidos pela maioria.
2. **Gestão democrática** – Os cooperantes, reunidos em assembleia, discutem e votam os objetivos e metas do trabalho conjunto, bem como elegem os representantes que administrarão a sociedade. Cada associado representa um voto, não importando se alguns detenham mais cotas do que outros.
3. **Participação económica dos membros** – Todos contribuem igualmente para a formação do capital da cooperativa, o qual é controlado democraticamente. Se, ao final do exercício, a cooperativa apura “sobras” (receitas maiores que as despesas), serão divididas entre os sócios até o limite do valor da movimentação de cada um ou destinadas ao fortalecimento da cooperativa (cotas de capital e/ou reservas), sempre por decisão tomada na assembleia.
4. **Autonomia e independência** – O funcionamento da empresa é controlado pelos seus sócios, que são os donos do negócio. Quaisquer acordos firmados com outras organizações e empresas devem garantir e manter essa condição
5. **Educação, formação e informação** – É objetivo permanente da cooperativa destinar ações e recursos para formar seus associados, capacitando-os para a

prática cooperativista e para o uso de equipamentos e técnicas no processo produtivo e comercial.

6. **Intercooperação** – Para o fortalecimento do cooperativismo é importante que haja intercâmbio de informação, produtos e serviços, viabilizando o sector como atividade socioeconómica.
7. **Interesse pela comunidade** – As cooperativas trabalham para o bem-estar de suas comunidades, por meio da execução de programas socioculturais, realizados em parceria com o governo e outras entidades civis.

Deveres dos cooperadores

Os cooperadores têm os seguintes deveres:

- a) Respeitar os princípios cooperativos, as leis, o estatuto e os regulamentos internos da Cooperativa;
- b) Contribuir para o desenvolvimento, o bom nome e reputação da Cooperativa, em especial participando nas suas atividades e prestando contas das atividades que realizar;
- c) Participar nas Assembleias Gerais e nas reuniões dos demais órgãos para que sejam convocados;
- d) Exercer com diligência, dinamismo e competência, os cargos sociais para os quais seja eleito, salvo no caso de motivo justificado;
- e) Não prejudicar a Cooperativa por ação ou omissão, em especial cumprindo estritamente a lei e o estatuto, bem como as deliberações validamente adotadas pelos órgãos sociais, e participando à Direção todas as infrações de que tiver conhecimento, principalmente as que afetem a responsabilidade da Cooperativa ou ponham em risco os interesses sociais;
- f) Abster-se de exercer atividades económicas em concorrência com a Cooperativa;
- g) Contribuir para o capital da Cooperativa, em especial efetuando pontualmente os pagamentos devidos à Cooperativa nos termos legais e estatutários, e cumprir pontualmente as obrigações decorrentes dos seus contratos com a Cooperativa;

- h) Participar nas perdas até ao limite da sua participação no capital da Cooperativa;
- i) Respeitar os princípios cooperativos, as leis, o estatuto, os regulamentos internos da Cooperativa;
- j) Contribuir para o desenvolvimento e o bom nome e reputação da Cooperativa, em especial participando nas suas atividades e prestando contas das atividades que realizar; e
- k) Participar nas Assembleias Gerais e nas reuniões dos demais órgãos para que sejam convocados.

Direitos dos Cooperadores

Os cooperadores têm os seguintes direitos:

- a) Beneficiar dos serviços prestados pela Cooperativa;
- b) Receber a sua parte na repartição de resultados, se os houver, nos termos legais e estatutários;
- c) Participar e beneficiar das atividades da Cooperativa, em especial utilizar os bens e serviços da Cooperativa destinados a uso pelos membros;
- d) Eleger e ser eleito para órgãos sociais;
- e) Participar nas reuniões da Assembleia Geral, apresentando propostas, discutindo e votando os pontos constantes da ordem de trabalhos, bem como apresentar reclamações perante a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal;
- f) Requerer a convocação da Assembleia Geral nos termos definidos nos estatutos e requerer a convocação judicial da Assembleia no caso de, requerida a convocação nos termos legais e estatutários, tal não vier a acontecer no prazo de quinze dias;
- g) Requerer e receber informações dos órgãos competentes da Cooperativa, em especial as necessárias ao exercício dos seus direitos e ao cumprimento das suas obrigações, e examinar a escrita e as contas da Cooperativa, nos períodos e nas condições definidos na lei e nestes estatutos ou, ainda, pela Assembleia Geral;

- h) Apresentar sugestões, reclamações e queixas aos órgãos competentes da Cooperativa;
- i) Requerer a sua demissão em qualquer data, após cumprimento, nos termos legais e estatutários, das suas obrigações para com a Cooperativa;
- j) Impugnar as deliberações da Assembleia Geral contrárias à lei e a estes estatutos, nos casos neles previstos.

3.2 Contribuição das Cooperativas na Comercialização dos Produtos Agrícolas

A comercialização dos produtos agrícolas constituiu um fator determinante no desenvolvimento das populações das comunidades agrárias angolanas e representa o elo de ligação entre a cidade e o campo.

A importância do comércio rural antes da independência é demonstrada pelas inúmeras povoações comerciais originadas, principalmente, pela implantação de lojas do mato e pelo número de estabelecimentos deste tipo licenciados que ascendiam a cerca de 8.300 em 1973 (INE, 1973).

O sistema atual de comercialização é feito de forma informal apresentando-se inviável. O comprador é quem determina o preço do produto e a comercialização consiste numa rede de pessoas que compram e vendem (os que kaulam, no dizer do povo), de transportadores, de outros indivíduos que voltam, compram e revendem ao consumidor final. É uma rede densa que incita o aumento dos preços, mas que por outro lado permite ocupação de mais pessoas que dependem deste negócio como emprego, o que confere alguma sustentabilidade ao sistema (PACHECO, 2003).

Por isso, o sistema de comercialização tem sido tema de destaque nas agendas do Governo para a sua viabilização, desta feita foi aprovado o programa sobre o comércio rural para o quinquénio 2009-2012 com vista reduzir a dependência alimentar e para a melhoria das condições de vida das populações do campo (MINCO, 2009).

A introdução destas políticas permitirá reduzir de forma substancial as perdas pós colheita e incentivará o camponês a produzir cada vez mais, diminuir as importações e permitirá melhorar a renda familiar e a qualidade de vida.

Para resolução deste problema é fundamental envolver todos os agentes dos diferentes níveis para que desenvolvam a suas ações no meio rural.

Deste modo o projeto tem empreendido vários esforços junto das diferentes instituições para solucionar as questões da comercialização dos produtos das cooperativas.

A maior parte da produção das comunidades rurais da área de intervenção do Projeto é vendida nos mercados informais da Vila da Calenga, principalmente nos mercados das aldeias de Cassupi I e Epuatcha, sendo os compradores comerciantes provenientes das províncias de Benguela e de Luanda.

Como a comercialização dos produtos agrícolas continua a ser um fator de estrangulamento para a melhoria dos rendimentos das famílias dos produtores, a coordenação do Projeto estabeleceu ligações com entidades grossistas de Luanda. Destas resultou em finais de 2008 e princípios de 2009 a compra de produtos pela FRESCANGOL, organização do MINADER, que adquiriu nesse período com o apoio do projeto os seguintes produtos:

Tabela 11 - Produtos adquiridos pela Frescangol aos camponeses abrangidos pelo Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Calenga.

Produto	UN	Quantidade	Valor Kz
Batata rena	Ton	327,2	23.120.520
Cebola	Ton	4,3	336.410
Cenoura	Ton	20,2	1.437.740
Repolho	Ton	10,6	746.920
Outros	Ton	0,56	141.450
Total	Ton	362,86	25.783.040



Figura 14 - Concentração dos produtos e comercialização para a Frescangol.

Para viabilizar a comercialização está em curso a construção de 16 centros de apoio que serão geridos pelas cooperativas. Com estes centros pretende-se criar condições para que as cooperativas disponham de um espaço de armazenamento de produtos, de tratamento dos produtos e de comercialização, onde permite aos associados a entrada nos circuitos de comercialização formal.

Estes centros surgem como estratégia de aquisição de produtos em grande escala e aumento do poder de negociação, bem como, meio de integração dos produtores nos novos padrões competitivos.

Desenvolver ações que estimulem e alarguem as estratégias de comercialização dos produtos de empresas familiares, é uma condição imprescindível para que seja possível e viável a aquisição de bens para uma melhor gestão.



Figura 15 - Construção de armazéns de apoio à comercialização.

Uma organização, com estratégias de comercialização de âmbito local e regional, possibilita que os agricultores familiares consigam garantir: preços justos, um mercado sustentável a médio prazo e uma organização social entre o meio rural e urbano (GHIZELINI, 2003).

E para além de fomentar novas estratégias e canais de comercialização, é fundamental que a sociedade compreenda a função social que a agricultura familiar e a formação de

redes de abastecimentos locais representam para a segurança alimentar de suas comunidades (ABRAMOVAY, 1999).

3.3 Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural

Entende-se por agricultura familiar o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, sendo a mão-de-obra essencialmente o núcleo familiar, em oposição com a agricultura patronal que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades médias ou grandes (DUQUE, 2009).

Em Angola a agricultura familiar é a mais representativa onde os camponeses cultivam em média de 1,4 ha por família em duas ou mais parcelas de terra, sendo a que mais contribui na produção alimentar nacional e é uma fonte geradora de emprego para milhares de pequenos agricultores em regime de auto subsistência no meio rural.

As empresas agrícolas familiares contribuem grandemente para o sistema económico regional e nacional. O seu principal capital de investimento é constituído pelo trabalho do agregado familiar e pelos recursos naturais disponíveis, sendo o usufruto destes últimos assegurado pela comunidade de base a que pertence e à qual está estruturalmente ligada (DUQUE, 2009).

A partir dos levantamentos de terreno apurou-se na totalidade da área rural da Calenga 9.380 empresas agrícolas familiares das quais 23,5% correspondem a unidades familiares encabeçadas por mulheres.

As famílias camponesas praticam culturas diversas, tais como: batata - rena, cenoura, repolho, cebola, pimento, milho e feijão, que são as mais representativas e outras culturas como, alho, couves, ervilhas, grão-de-bico, amendoim, tremoço, etc. menos representativas.

Estas produções são feitas todo o ano, mas com maior rigor em regime de sequeiro, porque os camponeses possuem pequenas parcelas de terra irrigáveis e outros terrenos situados nas margens dos rios conhecidos de "*onaka*" ou "*olonakas*".

A preparação de terras é feita principalmente de forma manual, ou através da tração animal e em casos raros, é mecanizada.



Figura 16 - Formas de preparação das terras na Calenga.

Com a dificuldade que é a preparação das terras, os camponeses dificilmente alcançam grandes áreas de produção e grandes produtividades, o que leva a uma pobreza crescente deste sector.

Os apoios prestados pelo Projeto Calenga consistem no apoio ao acesso ao crédito agrícola, no fornecimento de inputs agrícolas, na construção de infraestruturas de apoio ao desenvolvimento agrícola rural e outras atividades que direta ou indiretamente contribuam para o desenvolvimento da agricultura na região da Calenga e no País. Este apoio visa sobretudo ultrapassar as dificuldades que os camponeses têm de se afirmarem num mercado cada vez mais competitivo e ultrapassar as dificuldades na busca de soluções e oportunidades para poderem resolver muitos dos problemas que os afetam.

A inserção no mercado ou no processo de desenvolvimento, depende de tecnologias e condições político-constitucionais como o acesso ao crédito, a informações organizadas e a canais de comercialização e de transporte.

A agricultura familiar desempenha um importante papel socioeconómico na sociedade, proporcionando a permanência do homem no campo, conseqüentemente evitando o êxodo rural e reduzindo o crescimento dos cinturões da pobreza em torno das cidades à procura de trabalho (ROSA, *et al*; 2008).

Considerando que a agricultura familiar é uma atividade capaz de gerar a curto, médio e longo prazo produtos de valor comercial tanto maior quanto maior for o valor agregado, o desafio consiste em adotar sistemas de produção e de cultivo que minimizem perdas e desperdícios, que apresentem produtividade compatível com os investimentos feitos, e em estabelecer mecanismos que assegurem a competitividade do produto agrícola no

mercado interno e/ou externo, garantindo a economicidade da cadeia produtiva e a qualidade do produto (ALMEIDA, 2008).

IV CAPITULO - Metodologia Q

A metodologia “Q” é implementada mediante a Técnica “Q”, por meio da qual se classifica um conjunto de tarefas que podem conter frases, palavras, fotografias, etc., sobre o assunto que se está estudando, onde se assinalam valores numéricos, para assim classifica-las e ordená-las seguindo uma distribuição normal.

Estes ordenamentos são subjetivos, assim, não se tem nenhuma resposta correta ou incorreta, o que se pretende é obter modelos dominantes de como as pessoas percebem a situação estudada (VERA, 2009).

Deste modo foram levantadas várias questões:

- Quais as diferentes perspetivas e atitudes sobre o Desenvolvimento da Agricultura na Comuna da Calenga?
- Em que medida essas perspetivas são explicadas pelas características dos agentes de desenvolvimento da Comuna da Calenga, designadamente os que se empenham no movimento cooperativo?
- O que pode ser melhorado para aumentar os resultados do Projeto de Desenvolvimento Agrícola a favor dos Pequenos Produtores da Calenga?

Estas são questões muito amplas para cuja resposta se pretende contribuir através da utilização da metodologia Q (Stephenson, 1953) para perceber as motivações dos agentes (Hermans & Thissen, 2009) que são responsáveis pelas ações e motivações dos habitantes da Comuna da Calenga.

Designadamente, efetua-se uma análise da hierarquização que fazem aos problemas identificados no Relatório de Projeto através da técnica das componentes principais, permitindo abordar a subjetividade dos inquiridos e estabelecer os fatores implícitos que os aproximam e distanciam (Addams & Proops, 2000).

O Método Q Sort tem por objetivo estruturar os discursos dos agentes de desenvolvimento de uma comunidade sobre um tema que lhes diz respeito. E consta de três fases:

a) Primeiro, através da análise de documentos e de entrevistas, são identificadas frases chave que traduzem atitudes dos agentes de desenvolvimento da comunidade;

b) Segundo, por intermédio de um questionário, solicita-se a ordenação das frases identificadas tendo em atenção a maior ou menor concordância com as frases;

c) Por fim, procede-se a uma análise onde se congregam as atitudes dos questionados, identificando-se pontos de concordância e de discordância.

V CAPITULO- Recolha de Dados

5.1 Frases a hierarquizar.

Para a realização do estudo foram selecionadas 36 frases, extraídas do relatório de levantamento de dados realizado nas comunidades rurais. As frases foram submetidas aos vários agentes que atuam no meio rural, tal como camponeses, autoridades tradicionais, professores, enfermeiros, técnicos do projeto e administradores.

Tendo em conta o grau de importância que cada agente se revê, foi solicitado que as hierarquizassem de acordo com a concordância que cada um tem sobre as mesmas. A Figura 17 apresenta as frases que constituem o inquérito.

Figura 17 - Inquérito de frases retiradas do Relatório do Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Bom Jesus/ Calenga.

1	A reparação da rede de estradas na Calenga é fundamental para o desenvolvimento da agricultura na região
2	As cooperativas contribuem para o desenvolvimento rural
3	A aderência das comunidades aos objetivos do projeto foi consideravelmente boa
4	O sistema de crédito nas comunidades rurais é deficiente
5	Não há conhecimento sobre a atual lei de terras nas comunidades rurais
6	Os baixos preços dos produtos agrícolas contribuem para desincentivar a produção agrícola
7	A construção das residências para os técnicos de saúde permite a assistência regular dos serviços de saúde
8	Não há meios de transporte para facilitar a comercialização dos produtos agrícolas
9	A falta de água potável tem contribuído para o surgimento de muitas doenças no meio rural
10	A construção dos centros de apoio à comercialização facilitará o escoamento dos produtos
11	A falta de sementes de qualidade tem dificultado o aumento das produções agrícolas
12	A reabilitação dos sistemas de rega aumentará a produtividade na região
13	A ausência de vacinas e de assistência veterinária tem sido um fator para o surgimento de muitas doenças
14	O rendimento das famílias camponesas satisfaz as suas necessidades sociais e económicas

15	Ao longo dos últimos três anos muitos camponeses conseguiram com maior facilidade adquirir meios de
16	A área de produção aumentou e com isso deu-se um aumento de produção nos últimos três anos
17	O acesso aos serviços de saúde é um fator muito importante para a melhoria da qualidade de vida das
18	Há elevado índice de analfabetismo nas comunidades rurais por falta de escolas
19	Os serviços prestados pelas estruturas oficiais de apoio ao campo são fracos e irregulares
20	O projeto tem ajudado em boas práticas de uso e conservação dos solos
21	A participação das mulheres nas decisões e lideranças comunitárias não é muito visível
22	Há falhas na política de regulação nas comunidades agrícolas
23	A implementação do projeto trouxe benefícios pessoais e comunitários às populações abrangidas
24	A interação entre camponeses e técnicos foi crucial no desenvolvimento do projeto
25	Não estão bem definidas as áreas de domínio comunitário
26	Tem havido conflitos de terra na comuna da Calenga
27	Os fertilizantes são caros e pouco acessíveis
28	Existe falta de tração animal nas comunidades rurais
29	O aumento da produtividade tem influenciado a qualidade de vida das populações
30	Verifica-se algum desenvolvimento nas aldeias da comuna após a implementação do projeto
31	A ação das ONGs no mundo rural não deixou muito feito e não teve continuidade
32	A investigação agrária não se faz sentir no meio rural
33	A existência de um parque de máquinas para preparação de terras pode incrementar a produção
34	As pequenas indústrias de transformação de produtos agro - pecuário podem ajudar na redução das perdas
35	A falta de lojas comunitárias tem dificultado o acesso aos fatores de produção e outros bens
36	Há migração dos jovens para as cidades por falta de programas voltados para eles

5.2 Análise do método Q da Comuna da Calenga

Apresentamos as frases que, seguindo a metodologia Q Stephenson (1953) solicitámos aos agentes de desenvolvimento da Calenga (administrador, sobas, técnicos do projeto, professores, técnicos de saúde, agricultores e empresários agrícolas), para que hierarquizassem estas frases conforme o esquema da Figura 18.

Os questionários foram feitos presencialmente tendo demorado cada um cerca de 45 minutos. Embora só teriam sido necessários cerca de 18 entrevistados optou-se por

entrevistar bastante mais para confirmar a ligação entre os entrevistados com os fatores identificados.

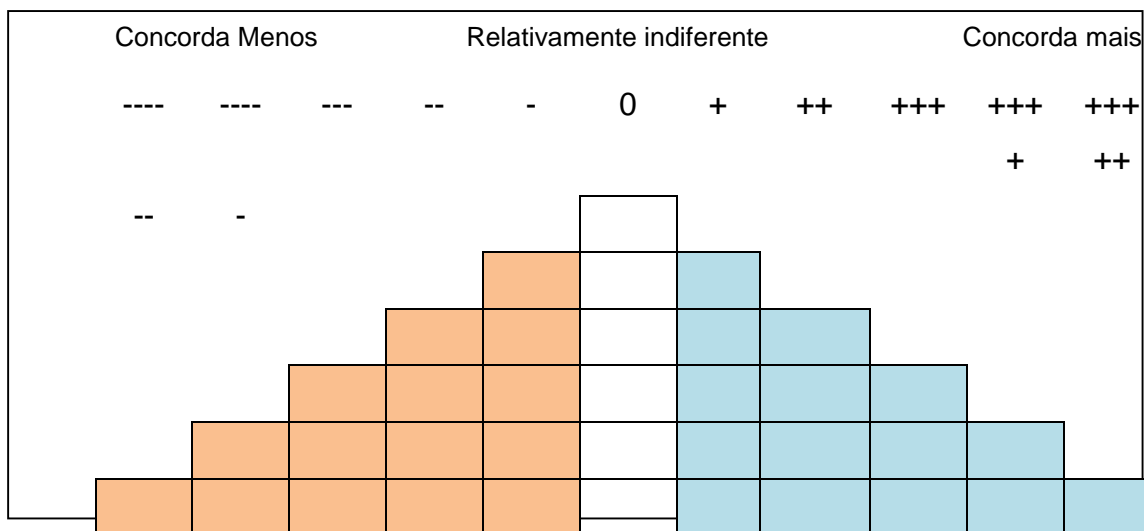


Figura 18 - Esquema de hierarquização das frases.

A Tabela 12 apresenta a estrutura dos agentes entrevistados, o total de entrevistados e a distribuição nas 3 Ombalas de Capali, Cassupi e Ngolo da comuna da Calenga.

Tabela 12 - Classificação dos entrevistados.

Calenga	Capali	Cassupi	Ngolo	Não desagregado	Total
Administrador				1	1
Sobas	1	2			3
Técnic/Projeto	3	3	2		8
Técnico Saúde		1	2		3
Professores		4	3		7
Empresários		2	1		3
Camponeses	10	30	17		57
Outros			1	3	4
Total	14	42	26	4	86

VI CAPITULO- Análise de Dados

6.1 Identificação dos Fatores

A Figura 19 apresenta o valor médio das diferentes frases. Sobre o primeiro resultado pode-se dizer o seguinte:

- Primeiro, o que é mais relevante em termos médios para os vários intervenientes da Comuna da Calenga é a comercialização dos produtos agrícolas, o acesso aos serviços de saúde e também a melhoria das estradas.

- Segundo, genericamente os agentes da Calenga não concordam que os rendimentos agrícolas satisfazem as necessidades familiares, que carecem de lojas comunitárias. Também discordam da existência de conflitos de terra na região.

A extração de fatores pelo “método das componentes principais” subjacente à Análise Q permite, em primeiro lugar, identificar variáveis implícitas subjacentes às hierarquizações feitas pelos entrevistados (Figura 20) e, em segundo lugar, perceber as atitudes dos vários agentes face a estas variáveis implícitas. Os Fatores 1 e 2 explicam respetivamente 17,3% e 12,8% das observações. O Fator 1 está relacionado com testemunhos que concordam que a “A reparação da rede de estradas na Calenga é fundamental para o desenvolvimento da agricultura na região”, que “As cooperativas contribuem para o desenvolvimento rural”, que “A aderência das comunidades aos objetivos do projeto foi consideravelmente boa”, que “O sistema de crédito nas comunidades rurais é deficiente”, e que “Não há conhecimento sobre a atual Lei de Terras nas comunidades rurais”.

Por outro lado, olhando para as frases com sinal negativo, este Fator 1 não está de acordo que “O projeto tem ajudado em boas práticas de uso e conservação dos solos”, que “Não estão bem definidas as áreas de domínio comunitário”, que “Tem havido conflitos de terra na comuna da Calenga”, e que “Existe falta de tração animal nas comunidades rurais”.

Em suma, o Fator 1 defende a melhoria das estradas, o acesso ao crédito, que o projeto tem descurado as boas práticas de uso e conservação dos solos e não concorda que haja conflitos graves na Calenga em torno das questões da terra. O Fator 2 tem a ver com testemunhos que favorecem mais as questões da Saúde, dos Transportes para escoamento dos produtos e dos respetivos Preços e concordam menos com a necessidade de rega, com o mau funcionamento dos serviços oficiais ou com a frase que associa o aumento da produção apenas ao aumento de área. Em suma, o Fator 2 preocupa-se com os transportes e com a saúde e não concorda com a intensificação da agricultura.

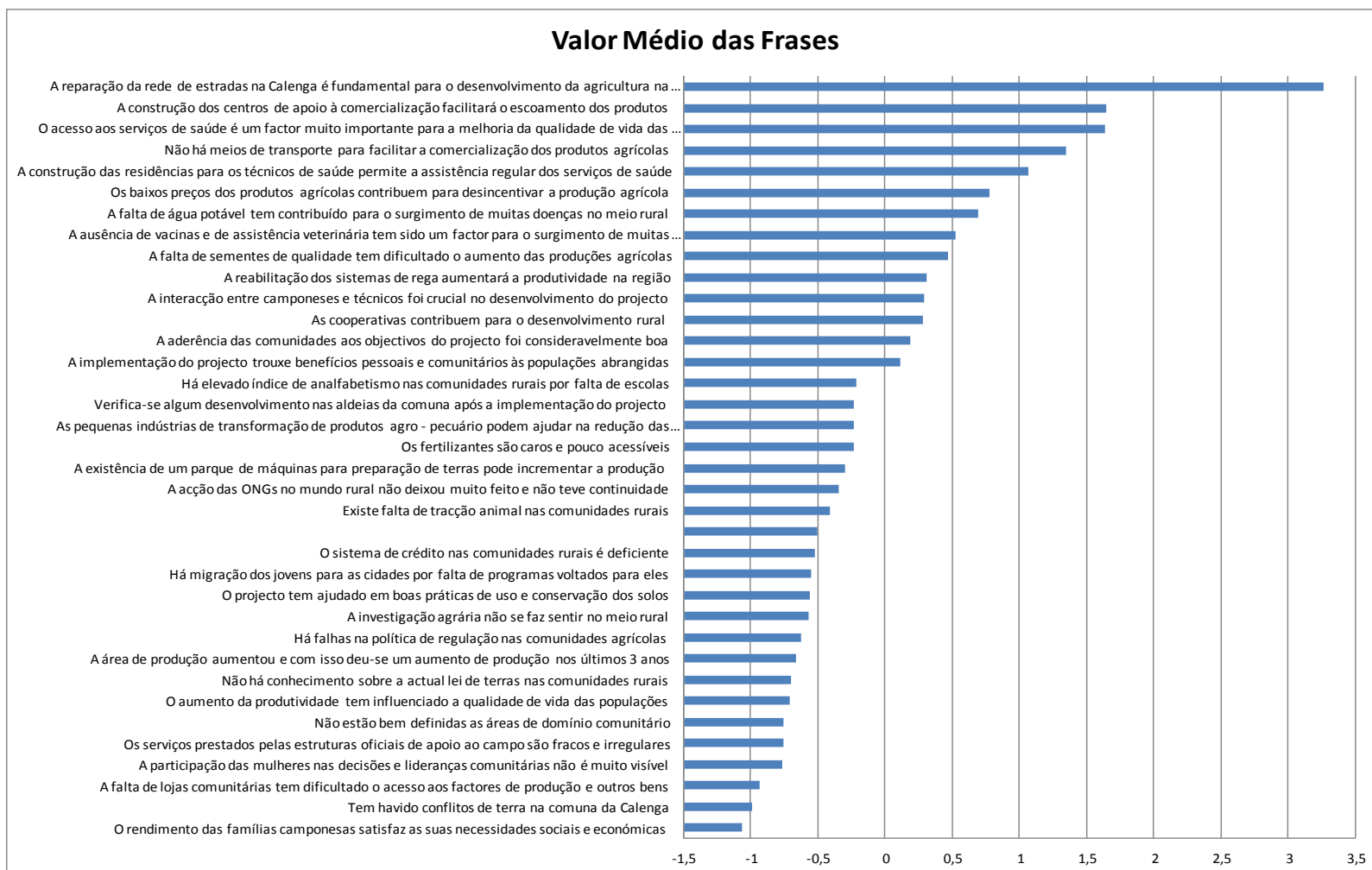


Figura 19 - Valor médio das frases.

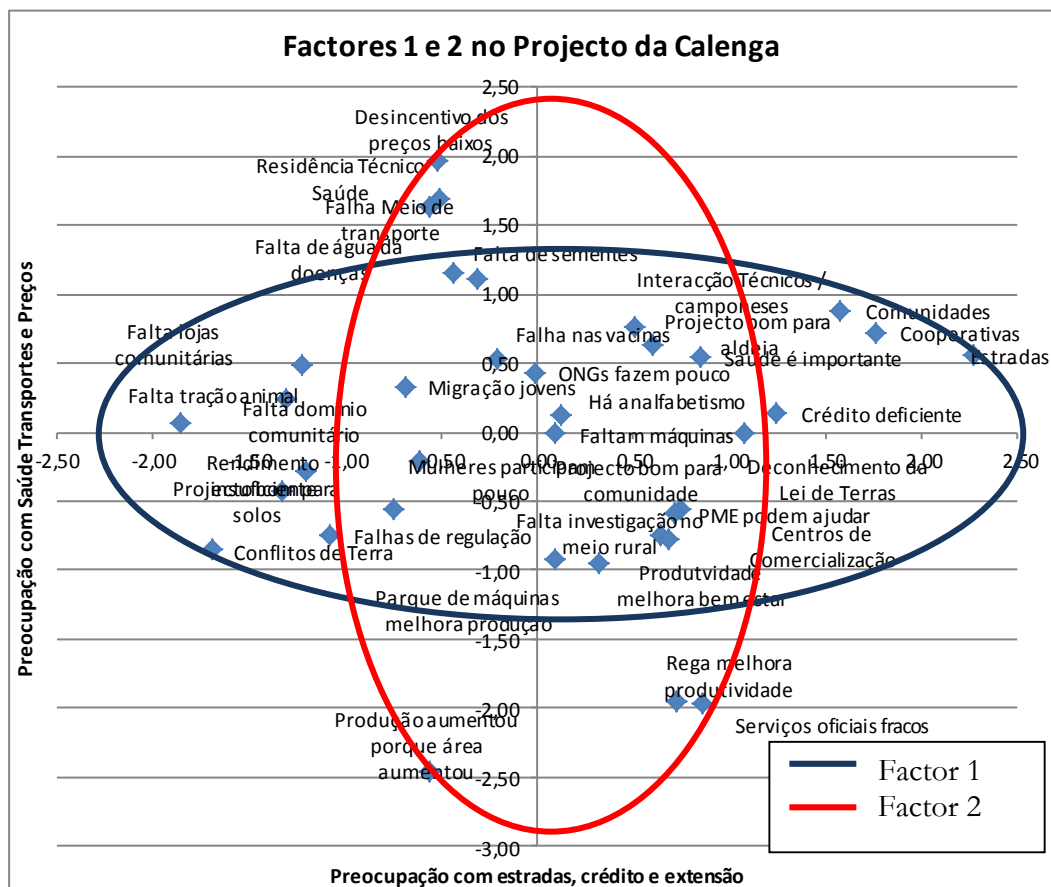


Figura 20 - Fatores ou Perspetivas face ao Projeto Calenga.

A Figura 20 apresenta os Fatores ou Perspetivas de 1 a 8, altura em que 83% dos dados recolhidos são explicados. Atendendo às frases associadas a cada fator podemos apontar uma síntese ou, de acordo com a literatura sobre componentes principais, uma variável implícita a cada fator ou perspetiva. Nesta ótica as oito perspetivas identificadas são:

6.2 Caracterização dos Fatores pelos Agentes

Com base nos resultados obtidos nos inquéritos, foi possível identificar os agentes que mais se revêm em cada perspetiva ou fator.

- 1) Preocupação com estradas, crédito e extensão: São camponeses, técnicos e professores da ombala de Cassupi isto é 37 dos 86 entrevistados.

- 2) Aposta na intervenção pública nos transportes, nos preços e na saúde: São camponeses de duas ombalas (Cassipi e Capali) mas a que se associam mais 11 dos 86 entrevistados.
- 3) Preocupação com sistemas de apoio à agricultura: São também camponeses mas desta vez aparece uma representação de Cassupi e de Ngolo mas que se ligam mais 9 dos 86 entrevistados.
- 4) Preocupação com aspetos económicos: esta preocupação é partilhada por técnicos e camponeses mas apenas englobam 7 dos 86 entrevistados.
- 5) Preocupação com aspetos sociais. Trata-se de uma preocupação marcadamente feminina mas onde se revêm 3 dos 86 entrevistados
- 6) Preocupação com falhas de política. São fundamentalmente camponeses e representam 7 dos 86 entrevistados.
- 7) Preocupações com a produtividade associam dois camponeses e um professore dos 86 entrevistados.
- 8) Preocupações com os jovens englobam 7 dos 86 entrevistados mas são caracterizados por agentes externos á comuna.

Tabela 13 - Caracterização dos Fatores pelas frases

		1	2	3	4	5	6	7	8
		17	30	40	48	56	62	68	73
Preocupação com estradas, crédito, extensão	A reparação da rede de estradas na Calenga é fundamental para o desenvolvimento da agricultura na região	2,27	0,56	1,46	0,17	0,85	-1,56	2,24	-0,67
	As cooperativas contribuem para o desenvolvimento rural	1,76	0,72	-0,13	0,06	-0,58	0,90	-1,62	0,59
	A aderência das comunidades aos objectivos do projecto foi consideravelmente boa	1,58	0,88	-0,27	-0,90	-0,74	-0,03	-0,67	-0,10
	O sistema de crédito nas comunidades rurais é deficiente	1,24	0,14	-1,22	0,17	0,22	-0,56	0,88	-0,30
	Não há conhecimento sobre a actual lei de terras nas comunidades rurais	1,08	-0,01	-0,46	-1,01	-0,69	-0,17	-1,59	-1,45
Aposta na Intervenção Pública	Os baixos preços dos produtos agrícolas contribuem para desincentivar a produção agrícola	-0,52	1,97	0,26	-1,95	0,58	0,34	-0,04	-1,64
	A construção das residências para os técnicos de saúde permite a assistência regular dos serviços de saúde	-0,51	1,70	0,76	1,26	0,49	1,67	-0,10	2,66
	Não há meios de transporte para facilitar a comercialização dos produtos agrícolas	-0,56	1,63	1,46	-0,82	0,18	-1,64	-0,46	0,23
	A falta de água potável tem contribuído para o surgimento de muitas doenças no meio rural	-0,44	1,16	-0,08	-0,06	-1,13	-2,04	1,19	0,55
Preocupação com sistemas de apoio ao sector agrícola	A construção dos centros de apoio à comercialização facilitará o escoamento dos produtos	0,64	-0,74	1,95	0,95	-1,00	0,55	1,65	-0,10
	A falta de sementes de qualidade tem dificultado o aumento das produções agrícolas	-0,31	1,11	1,70	1,10	0,47	0,58	-2,74	-1,25
	A reabilitação dos sistemas de rega aumentará a produtividade na região	0,72	-1,95	1,34	-1,58	0,36	1,01	-0,08	0,00
Preocupação com aspectos económicos	A ausência de vacinas e de assistência veterinária tem sido um factor para o surgimento de muitas doenças nos	-0,21	0,53	0,42	2,31	0,47	-0,94	0,16	0,18
	O rendimento das famílias camponesas satisfaz as suas necessidades sociais e económicas	-1,21	-0,28	-0,09	1,76	-0,02	-1,57	-0,93	-0,48
	Ao longo dos últimos 3 anos muitos camponeses conseguiram com maior facilidade adquirir meios de produção	0,09	-0,92	-1,11	1,48	1,86	0,34	-0,26	-0,35
	A área de produção aumentou e com isso deu-se um aumento de produção nos últimos 3 anos	-0,56	-2,47	0,79	1,41	-0,63	-0,86	-1,08	-0,19
Preocupação com aspectos sociais	O acesso aos serviços de saúde é um factor muito importante para a melhoria da qualidade de vida das populações	0,84	0,54	1,11	0,31	2,05	1,60	1,30	0,09
	Há elevado índice de analfabetismo nas comunidades rurais por falta de escolas	0,13	0,12	-0,65	0,04	1,88	0,04	-0,57	-1,00
	Os serviços prestados pelas estruturas oficiais de apoio ao campo são fracos e irregulares	0,86	-1,97	0,57	-1,33	1,38	-0,97	-0,93	0,56
	O projecto tem ajudado em boas práticas de uso e conservação dos solos	-1,33	-0,42	-0,24	-0,94	0,88	-0,42	0,63	0,63
	A participação das mulheres nas decisões e lideranças comunitárias não é muito visível	-0,61	-0,20	-1,63	0,54	0,86	0,08	0,41	-1,37
Preocupação com as falhas de política	Há falhas na política de regulação nas comunidades agrícolas	-1,08	-0,74	-0,15	-0,35	-0,97	1,64	0,27	0,30
	A implementação do projecto trouxe benefícios pessoais e comunitários às populações abrangidas	0,74	-0,55	0,31	0,96	-1,95	1,50	0,62	-0,91
	A interação entre camponeses e técnicos foi crucial no desenvolvimento do projecto	0,51	0,77	-0,85	0,26	-2,07	1,36	0,63	-1,24
	Não estão bem definidas as áreas de domínio comunitário	-1,31	0,24	-0,45	0,02	0,11	1,15	-0,39	-0,97
Preocupações com a terra	Tem havido conflitos de terra na comuna da Calenga	-1,70	-0,86	0,42	-0,71	-0,25	-0,16	1,58	-1,36
	Os fertilizantes são caros e pouco acessíveis	-0,75	-0,55	-1,26	-0,36	-0,30	-0,07	1,07	-0,34
	Existe falta de tracção animal nas comunidades rurais	-1,86	0,07	0,91	-0,52	0,13	1,03	0,48	1,63
Preocupação com a produtividade	O aumento da produtividade tem influenciado a qualidade de vida das populações	0,32	-0,96	-0,58	-1,47	-0,21	0,34	-0,79	1,52
	Verifica-se algum desenvolvimento nas aldeias da comuna após a implementação do projecto	0,60	0,63	-2,68	0,17	0,51	0,14	0,44	1,41
	A acção das ONGs no mundo rural não deixou muito feito e não teve continuidade	-0,01	0,44	-0,61	-0,39	-0,32	-0,71	-0,25	1,23
	A investigação agrária não se faz sentir no meio rural	0,69	-0,78	-0,66	0,57	-0,34	-0,20	-0,05	0,92
	A existência de um parque de máquinas para preparação de terras pode incrementar a produção	0,09	-0,01	-0,06	0,36	-1,99	-1,29	-0,57	0,90
	As pequenas indústrias de transformação de produtos agro - pecuário podem ajudar na redução das perdas de	0,71	-0,59	0,09	-0,30	0,32	-0,27	-0,01	0,77
	A falta de lojas comunitárias tem dificultado o acesso aos factores de produção e outros bens	-1,23	0,49	0,52	-1,35	-0,72	-0,70	-0,27	0,00
Preocupação com Jovens	Há migração dos jovens para as cidades por falta de programas voltados para eles	-0,69	0,33	-0,90	0,12	0,32	-0,08	-0,15	-0,46

Tabela 14 - Caracterização dos Fatores pelos Agentes.

		Component							
		1	2	3	4	5	6	7	8
Preocupação com estradas, crédito, extensão	Técnico do Projecto da Ombala do Cassupi e Ngolo	,864	-,107	,101	-,044	,139	-,023	-,046	,132
	Camponês Aldeia da Chivala Ombala do Cassupi	,806	-,138	-,099	,264	-,117	,001	,108	-,115
	Camponês da Aldeia da Chivala Ombala do Cassupi	,660	,286	,003	,196	-,212	,095	,144	,137
	Professor da Aldeia de Ehondio da Ombala Cassupi	,539	-,050	-,007	-,435	,426	,241	,199	,077
Preocupação com preços, transportes e água	Camponês da Adeia da Melica Ombala Cassupi	,086	,763	,147	,034	-,141	-,406	-,072	-,086
	Camponês da Aldeia da Canala Ombala do Capali	-,104	,747	,030	-,043	,151	-,006	,192	,077
	Camponês da Aldeia do Jambeko da Ombala do Ngolo	-,026	,629	,344	,064	,079	,265	,178	-,182
	Camponês da Aldeia da Sanzala Mota Ombala de Cassupi	-,009	,437	-,191	,003	-,634	,222	-,233	-,158
Preocupação com sistemas de apoio ao sector agrícola	Camponês da Aldeia Capunje da Ombala de Cassupi	,103	,103	,835	,103	,048	,022	,160	,066
	Camponês da Aldeia da Evila Ombala do Ngolo	-,189	,030	,801	-,093	,053	-,251	-,193	,061
	Camponês da Aldeia de Sassoma da Ombala de Cassupi	,297	,119	,573	-,380	,108	-,221	,247	-,061
	Camponês da Aldeia do Chilambo Ombala do Ngolo	-,018	,430	,540	-,016	,170	,022	,115	-,117
Preocupação com aspectos económicos	Camponês da Aldeia do Sukuanjali da Ombala do Ngolo	,071	,002	-,021	,814	,000	-,042	,081	-,263
	Técnica do Projecto da Ombala do Ngolo	,282	,013	-,114	,691	,047	-,248	,135	,287
	Camponês da Aldeia do Capingala da Ombala de Cassupi	,343	-,084	,375	,490	,180	,408	,169	-,038
Preocupação com aspectos sociais	Professora da Aldeia de Jambeko da Ombala do Ngolo	-,166	,132	,028	,069	,825	-,006	-,138	-,039
	Camponesa da Aldeia da Cambembwa Ombala do Cassupi	,365	,364	,270	-,002	,608	-,025	-,051	-,038
Preocupação com as falhas de política	Camponês da Aldeia do Chilambo Ombala do Ngolo	-,028	-,142	-,249	-,067	-,238	,792	,050	-,030
	Camponês da Aldeia da Sanzala Mota Ombala do Cassupi	,159	,125	-,009	-,138	,128	,686	-,455	,057
Preocupação com a produtividade	Professor da Aldeia do Cassupi II Ombala do Cassupi	,168	,094	,151	,229	-,089	,046	,742	,224
	Camponês da Aldeia de Lombalaca Ombala do Ngolo	,043	,410	,033	-,064	,081	-,154	,676	-,203
	Camponês da Aldeia da Sanzala Mota Ombala do Cassupi	,238	-,241	-,004	-,439	-,290	-,256	,402	-,433
Preocupações com Jovens	Técnico do projecto da Ombala do Cassupu	-,053	-,307	-,145	-,104	,049	,000	,105	,730
	Segurança Secreta da Comuna	,397	,130	,249	-,018	-,073	-,024	-,073	,686

VII CAPÍTULO- Conclusões e Recomendações

7.1 Conclusões

Com base nos resultados obtidos no estudo através do método Q chegamos as seguintes conclusões:

- A reparação das estradas é fundamental para o desenvolvimento da região, porque dela depende a circulação de viaturas, a comercialização dos produtos, o acesso aos serviços de saúde e outros;
- As produções obtidas ainda não satisfazem as necessidades dos agregados familiares, pelo que torna-se imperioso a operacionalização de outras ações tais como o acesso a tração animal, sementes fertilizantes;
- As cooperativas contribuem para o desenvolvimento rural é por meio desta que os camponeses conseguem obter créditos que consideram-no deficitário nas aldeias;
- Não existe conflitos de terra na região, porém desconhece-se ao nível das comunidades dos diplomas que regem a lei de terras de Angola;
- O projeto não tem divulgado ao nível das comunidades as medidas de conservação dos solos, não tem existido ações de fortalecimento da agricultura;
- Durante os 5 anos de intervenção a participação nas comunidades nas atividades foi positiva;

7.2 Recomendações

Tendo em conta as conclusões apresentadas apontamos as seguintes recomendações:

- Que se dê maior atenção junto à reabilitação das vias de acesso das comunidades rurais junto das administrações, pois dela depende o desenvolvimento das comunidades;
- As instituições financeiras devem dinamizar o processo de cedência de crédito nas comunidades rurais;
- Deve haver reforço das instituições no fortalecimento da agricultura na região através da facilidade do acesso a análises de solo, à aquisição de fertilizantes

bem identificados com indicações precisas da dosagem e adequada às necessidades dos diferentes solos, à aquisição de sementes certificadas com períodos de garantia aceitáveis, aconselhamento na aquisição de gado para tração animal, na divulgação de princípios de conservação do solo da água e do ambiente, tornando a agricultura sustentável;

- Que se normalize os circuitos de comercialização e distribuição, processamento dos produtos;
- Que se ponha em prática as boas práticas agrícolas de produção, transporte e armazenamento de alimentos de forma a garantir a segurança alimentar porque esta revê-se em normas padronizadas de características físico-químicas, microbiológicas as quais determinam a adequação dos alimentos ao consumo;
- Deve haver maior integração das instituições de pesquisa e investigação nos problemas das comunidades;
- Deve-se divulgar cada vez mais junto nas comunidades a atual lei de terras e toda a legislação de interessa para as comunidades rurais;
- E recomendamos também que ações similares de desenvolvimento rural sejam levadas a cabo noutras localidades do país;

Referências Bibliográficas

1. ABRAMOVAY, R. (1999). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial**. In: Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Vol. 28.
2. ADDAMS, H. and PROOPS, J. (2000) - **Social Discourse and Environmental Policy: an Application of Q Methodology**. Edward Elgar, Cheltenham.
3. ALMEIDA, J. (2008). **Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR)**. Porto Alegre.
4. BAESSO, D. P.; GONÇALVES, F. L. R. (2003). **Estradas Rurais - Técnicas Adequadas de Manutenção**. Florianópolis.
5. BANCO MUNDIAL (2006). **Oportunidades para as empresas portuguesas**. Sector rural / agrícola. Newsletter nº 5. Washington, DC.
6. BIGGS, S. & FARRINGTON, J. (1991). **Agricultural Research and the Rural Poor**. Canada, IDRC.
7. CANGA, P. (2006). **As cooperativas no futuro de Angola**. VII Encontro Cooperativo dos Países de Língua Portuguesa. Luanda. Pp 1.
8. CHILDS, G.M. (1954). **The Kingdom of Wambu: A Tentative Chronology**. The Journal of African History, 1964, vol. 5, no. 3, Pp. 367-379.
9. CIPRANDI, O. (1989). **Implicação da Cooperação na Pequena Produção**.
10. DUQUE, A. (2004). **O Desafio da Agricultura Familiar**. PORTUGAL. in: Embrapa, artigos. (consultado em Janeiro de 2012).
11. FIGUEIREDO, R. P. (1984). de **Extensão rural no Brasil: novos tempos**. Brasília, Rev. Bras. Tec, v.15 (4). jul./ago.
12. GEPROC- Gabinete de Estudos, Projetos e Consultoria Lda. (2008). **Relatório do Levantamento de Dados e Análise de Situação da Calenga**. Projeto de Desenvolvimento Agrícola a Favor dos Pequenos Produtores de Bom Jesus – Calenga. Luanda.

13. GRIEBELER, N. P. (2002). **Modelo para o dimensionamento de redes de drenagem e de bacias de acumulação de água em estradas não pavimentadas**. Tese de Doutoramento. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, Pp.134.
14. HERMANS, L., & THISSEN, W. (2009). **Actor analysis methods and their use for public policy analysts**. *European Journal of Operational Research*, 196(2), 808-818.
15. INE (Instituto Nacional de Estatísticas) (1973). **Anuário Estatístico. Delegação de Angola, Direcção Provincial dos Serviços de Estatísticas**. Ano XXXIX. Pp.1/393. Estado de Angola.
16. JACOBY, H. G. (1998). **Access to Markets and the Benefits of Rural Roads: A Nonparametric Approach**. The World Bank. Washington DC. Pp.30.
17. Ministério de Agricultura e do Desenvolvimento Rural (2005). **Relatório sobre aplicação do Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação**. Relatório Angola Objetivos do Desenvolvimento do Milénio Governo de Angola em parceria com o PNUD.
18. MINCO (Ministério do Comércio) (2009). **Programa de Promoção do Comércio Rural**. Luanda.
19. Ministério do Planeamento. (2004). **Estratégia de Combate à Pobreza Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica**. Versão sumária.
20. MORAIS, J. A. de (1970). **Análise da Ocupação na Área do Cuima-Gove**. (mimeo), Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, Nova Lisboa.
21. Nova Parceria para o Desenvolvimento de África "NEPAD" (2002). **África do Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de Agricultura para o Desenvolvimento Visão Geral**.
22. PÉCLARD, D. (2001). **Savoir Colonial, Missions Chrétiennes et Nationalisme en Angola**. *Genèses* 45, Décembre, Pp. 114-133.

23. Portal do Governo da República de Angola. (Abril de 2008). **Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Versão para discussão Nº 2.
24. RIVERA, WM & ALEX G.. 2003. **Pluralismo, prioridades emergentes eo papel central do governo na reforma de extensão, em: Extensão e Desenvolvimento Rural: estudos de casos internacionais e tendências emergentes**. Banco Mundial. Washington, DC.
25. ROSA, N. P. DA; LAGO, A; JÚNIOR, S. S. MENDONÇA, E. S. (2008). **Cooperativas como Forma de Organização da Agricultura Familiar**. Agricultura Familiar e Ruralidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre - RS – Brasil.
26. SCHNEIDER, J. O. (1996). Cooperativismo. Uma solução para problemas sociais 2a Edição – OCEES. Vitória.
27. SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). (2009). **Cooperativa de Crédito**. Série Empreendimentos Colectivos. www.sebrae.com.br consultado 20 de Janeiro 2012.
28. STEPHENSON, W. (1953) - **The Study of Behavior: Q-technique and its methodology**. University of Chicago Press, Chicago.
29. VENKATARAMAN. A. (2002). Extensão Agrícola. Como nós respondemos aos ambientes emergentes? O Hindu Inquérito da Agricultura indiano: 23-26.
30. VERA, A. I. C. (2009). **La designación de pequeñas islas como Reserva de la Biosfera es un buen comienzo para lograr el desarrollo sostenible de las mismas? Contexto, diagnóstico e implementación de las Reservas de la Biosfera en las Islas Canarias y Azores**. Caso de estudio: Isla de Corvo *Universidad de La Laguna. Máster en Gobernabilidad para un Desarrollo Sostenible*.